MAO TSÉ-TUNG

SOBRE A JUSTA SOLUÇÃO DAS CONTRADIÇÕES NO SEIO DO POVO

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS!

MAO TSÉ-TUNG

SOBRE A JUSTA SOLUÇÃO DAS CONTRADIÇÕES NO SEIO DO POVO

EDIÇÕES DO POVO-5

A presente tradução, *Sobre a Justa Solução das Contradições no Seio do Povo*, está conforme às Edições em Línguas Estrangeiras, Pequim 1969

NA MESMA COLECÇÃO:

JÁ PUBLICADOS

1 — Sobre a luta contra o Revisionismo — LENINE
2.ª Edição

2 — Sobre a Guerra Prolongada e Problemas da Guerra e da Estratégia — MAO TSÉ-TUNG

3 — Problemas Estratégicos da Guerra Revolucionária na China e da Guerra de Guerrilhas contra o Japão — MAO TSÉ-TUNG

4 — Três Anos de Execução do Plano Quinquenal — JOSÉ STALINE.

NO PRELO

Estudemos a Teoria Marxista-Leninista em estreita ligação com a Prática Revolucionária — ENVER HOXHA.

Edição de F. DINIS

Discurso pronunciado no dia 27 de Fevereiro de 1957, na XI Sessão (Alargada) da Conferência Suprema de Estado. O autor reviu o texto baseado nas notas taquigrafadas e introduziu-lhe alguns acréscimos, tendo o mesmo sido publicado no *Renmin Ribao*, em 19 de Junho de 1957.

Comissão do Comité Central do Partido Comunista da China para a Edição das Obras Escolhidas de Mao Tsé-tung

O problema da justa solução das contradições que se manifestam no seio do povo constitui o tema geral da minha intervenção. Para facilitar a sua exposição, o tema está dividido em doze partes. Apesar de serem igualmente tratados os problemas das contradições existentes entre nós e o inimigo, este debate, porém, tem como sujeito principal o exame das contradições que se manifestam no seio do povo.

I. DOIS TIPOS DE CONTRADIÇÕES DISTINTOS PELO SEU CARÁCTER

O nosso país encontra-se actualmente mais unido do que nunca. As vitórias da revolução democrático-burguesa e da revolução socialista, assim como os êxitos alcançados na edificação do socialismo, transformaram rapidamente a fisionomia da velha China. Abre-se diante da nossa pátria um futuro ainda mais promissor. A divisão e o caos do país, odiados pelo povo,

pertencem para sempre ao passado. Sob a direcção da classe operária e do Partido Comunista, os 600 milhões de habitantes do nosso país, unidos como um só homem, entregam-se agora à grandiosa tarefa da edificação socialista. A unificação do país, unidade do povo e unidade de todas as nacionalidades — eis a garantia fundamental do triunfo seguro da nossa causa. Todavia, isto não significa, de maneira nenhuma, que já não existem quaisquer contradições na nossa sociedade. Seria uma ingenuidade pensar que elas já não existem e estaria em contradição com a realidade objectiva. Nós estamos confrontados com dois tipos de contradições sociais — as que existem entre nós e o inimigo, e as existentes no seio do próprio povo. Esses dois tipos de contradições são de natureza totalmente diferente. Para compreender correctamente esses dois tipos diferentes de contradições, contradições entre nós e o inimigo e contradições no seio do povo, nós devemos começar por ser claros a respeito do significado de «povo» e de «inimigo». O conceito de «povo» comporta diferentes sentidos nos diferentes países e nos períodos distintos da história do mesmo país. Tomemos o nosso próprio país como exemplo. Durante a Guerra de Resistência contra o Japão, todas as classes, todas as camadas e todos os grupos

sociais que participaram na luta de resistência contra a agressão japonesa pertenciam ao povo, enquanto que os imperialistas japoneses, os chineses traidores à sua pátria e os elementos pró-japoneses pertenciam à categoria dos inimigos do povo. No período da guerra de libertação, os inimigos do povo foram os imperialistas norte-americanos e os seus lacaios — a burguesia burocrática, a classe dos senhores de terras e os reaccionários do Kuomintang, que representavam essas classes; todas as classes, camadas e grupos sociais que lutavam contra estes inimigos constituíam o povo. Na etapa actual de edificação do socialismo, integram o povo todas as classes, camadas e grupos sociais que aprovam, apoiam e tomam parte na edificação do socialismo. Os inimigos do povo são todas as forças e grupos sociais que oferecem resistência à revolução socialista, que se mostram hostis à edificação socialista e a sabotam.

As contradições entre nós e o inimigo são contradições antagónicas. No seio do povo, as contradições entre os trabalhadores são não-antagónicas, e as que existem entre as classes exploradas e as classes exploradoras, além do aspecto antagónico que apresentam, têm um aspecto não-antagónico. As contradições existentes no seio do povo não datam de hoje,

mas o seu conteúdo é diferente em cada período da revolução e no período de edificação do socialismo. Nas condições actuais da China, as contradições no seio do povo abrangem as contradições no interior da classe operária, as contradições no seio da classe camponesa, as contradições entre os intelectuais, as contradições entre a classe operária e a classe camponesa, as contradições entre os operários e os camponeses dum lado e os intelectuais do outro, as contradições entre a classe operária e outras secções do povo trabalhador dum lado e a burguesia nacional do outro, as contradições no seio da burguesia nacional, etc. O nosso Governo Popular é um governo que representa genuinamente os interesses do povo, um governo que serve o povo. Contudo, entre o governo e o povo, existem também certas contradições. É o caso das contradições entre os interesses do Estado e os interesses colectivos por um lado, e os interesses individuais por outro; entre a democracia e o centralismo; entre a direcção e os dirigidos; e a contradição surgida do estilo burocrático de trabalho de certos trabalhadores do governo nas suas relações com as massas. São igualmente contradições no seio do povo. Falando genericamente, as contradições que se manifestam no seio do povo são contradições

existentes na base da comunidade dos seus interesses fundamentais.

No nosso país, a contradição entre a classe operária e a burguesia nacional pertence à categoria das contradições no seio do povo. Dum modo geral, a luta de classes entre a classe operária e a burguesia nacional é uma luta no interior das fileiras do povo, pois, no nosso país, a burguesia nacional tem um duplo carácter. No período da revolução democrático-burguesa, o seu carácter apresentava ao mesmo tempo um aspecto revolucionário e um aspecto conciliador. No período da revolução socialista, a busca do lucro através da exploração da classe operária constitui um aspecto do carácter da burguesia nacional, enquanto que o seu apoio à Constituição e a sua disposição de aceitar a transformação socialista constitui outro aspecto. A burguesia nacional difere dos imperialistas, da classe dos senhores de terras e da burguesia burocrática. A contradição entre a burguesia nacional e a classe operária é uma contradição entre explorador e explorado, por certo, originariamente antagónica. Todavia, nas condições concretas da China, essa contradição antagónica entre as duas classes, sendo correctamente tratada, pode transformar-se numa contradição não-antagónica, e ser resolvida por métodos pacíficos. Essa contradição

transformar-se-á numa contradição entre nós e o inimigo se a não tratarmos correctamente e se não seguirmos, com relação à burguesia nacional, a política de nos unirmos a ela, de a criticarmos e educarmos, ou se ela rejeitar essa nossa política.

Dado que são diferentes na sua natureza, as contradições entre nós e o inimigo e as contradições no seio do povo devem ser resolvidas por métodos diferentes. Em poucas palavras, no primeiro caso é questão de estabelecer uma nítida distinção entre nós e o inimigo, enquanto que, no segundo, é questão de distinguir claramente entre a verdade e o erro. Claro que a distinção entre nós e o inimigo é também uma questão de verdade ou erro. Por exemplo, a questão de saber quem tem razão, se nós ou os reaccionários internos e externos, os imperialistas, os feudais e os capitalistas burocráticos, é também um caso de verdade ou erro, contudo trata-se duma categoria diferente por natureza da questão da verdade e do erro no seio do povo.

O nosso Estado é uma ditadura democrática popular dirigida pela classe operária e baseada na aliança operário-camponesa. Para quê essa ditadura? A sua primeira função é reprimir as classes e os elementos reaccionários, bem como os exploradores que no nosso país resistem à revolução socialista; reprimir aqueles que sabotam a nossa construção socialista, quer dizer, resolver as contradições internas, entre nós e os nossos inimigos. Por exemplo, prender, julgar e condenar certos contra-revolucionários, bem como privar por certo tempo os senhores de terras e os capitalistas burocráticos do direito de voto e da liberdade de palavra — tudo isso entra na esfera da nossa ditadura. Para manter a ordem pública e salvaguardar os interesses do povo, é igualmente necessário exercer a ditadura sobre ladrões, burlões, assassinos, incendiários, bandos de malfeitores e outros elementos perniciosos que alteram seriamente a ordem pública. A segunda função dessa ditadura é proteger o nosso país da subversão e da possível agressão pelos inimigos exteriores. Nesse caso a tarefa da ditadura é resolver a contradição externa entre nós e o inimigo. O objectivo de tal ditadura é proteger todo o nosso povo de maneira que este possa devotar-se ao trabalho pacífico e à transformação da China num país socialista dotado duma indústria, uma agricultura, uma ciência e uma cultura modernas. Quem exerce a ditadura? Naturalmente, a classe operária e todo o povo que ela dirige. A ditadura não se exerce sobre o povo. O povo não pode exercer a ditadura sobre si mesmo; nem pode

uma parte do povo oprimir a outra. Os que no seio do povo violam as leis devem ser também sancionados de acordo com a lei; todavia, entre isto e a ditadura, que se exprime na repressão dos inimigos do povo, existe uma diferença de princípio. O que se aplica no seio do povo é o centralismo democrático. A nossa Constituição proclama que os cidadãos da República Popular da China têm liberdade de palavra, de imprensa, de reunião, de associação, de manifestação e desfiles públicos, de culto, etc. A nossa Constituição também estabelece que os órgãos do Estado devem praticar o centralismo democrático e apoiar-se nas grandes massas e que os funcionários públicos devem servir o povo. A nossa democracia socialista é uma democracia no sentido mais vasto do termo, uma democracia que não pode existir em nenhum Estado burguês. A nossa ditadura é uma ditadura democrática popular, dirigida pela classe operária e baseada na aliança dos operários e dos camponeses. Isto significa que a democracia se exerce no seio do povo, enquanto que a classe operária, unindo-se com todos os que gozam de direitos cívicos, os camponeses em primeiro lugar, impõe a ditadura sobre as classes e os elementos reaccionários e sobre todos aqueles que se opõem à transformação socialista e actuam contra a

edificação do socialismo. No sentido político, o gozo dos direitos cívicos significa o gozo do direito à liberdade e à democracia.

Mas esta liberdade é uma liberdade praticada sob uma determinada direcção e esta democracia é uma democracia guiada pelo centralismo. Não se trata pois de anarquia. A anarquia não corresponde aos interesses e às aspirações do povo.

Os acontecimentos da Hungria [1] alegraram algumas pessoas no nosso país. Elas esperavam que algo semelhante aconteceria na China e que milhares e milhares de pessoas sairiam à rua e se levantariam contra o Governo Popular. Tais esperanças vão contra os interesses das massas populares e não podem obter o seu apoio. Na Hungria, uma parte das massas foi ludibriada pelas forças contra-revolucionárias internas e externas e cometeu o erro de recorrer à violência contra o Governo Popular, em consequência do qual tanto sofreu o Estado como o povo. Os danos causados à economia do país em poucas semanas de motim, levarão muito tempo para serem reparados. Há no nosso país outras pessoas que adoptaram uma atitude vacilante em relação aos acontecimentos da Hungria, porque ignoravam a concreta situação do mundo. Elas pensam que há muito pouca liberdade no nosso sistema de democracia

popular e que há mais liberdade nos regimes democráticos parlamentares do Ocidente. Exigem a instauração de um sistema bipartidário à maneira ocidental, sistema segundo o qual um partido está no poder enquanto que o outro não está em cena. Contudo, este chamado sistema de dois partidos é somente um meio para conservar a ditadura da burguesia; ele não pode, seja em que circunstância for, salvaguardar o direito dos trabalhadores à liberdade. Como realidade, só há no mundo uma liberdade concreta e uma democracia concreta e não existe nem liberdade nem democracia abstractas. Numa sociedade em que existe luta de classes, as classes exploradoras têm liberdade para explorar os trabalhadores, ao passo que o povo trabalhador não tem liberdade para eximir-se à exploração; onde existe democracia para a burguesia não pode haver democracia para o proletariado e demais trabalhadores. Em alguns países capitalistas, é permitida por lei a existência de partidos comunistas, mas unicamente na medida em que estes não lesem os interesses vitais da burguesia. Não lhes é permitido ultrapassar este limite. Os que exigem abstractamente liberdade e democracia, pensam que a democracia é um fim e não um meio. Por vezes a democracia parece um fim, mas, na realidade ela é somente

um meio. O Marxismo ensina-nos que a democracia faz parte da superstrutura e pertence à categoria da política. Isto significa, afinal de contas, que a democracia serve a base económica. O mesmo dá-se com a liberdade. A democracia e a liberdade são relativas e não absolutas, elas surgiram e desenvolveram-se ao longo da história. No seio do povo, a democracia pressupõe o centralismo, e a liberdade, a disciplina. Em ambos os casos trata-se de dois aspectos duma mesma entidade, simultaneamente em contradição e em unidade, não devendo nós sublinhar unilateralmente um e negar o outro. No seio do povo não se pode prescindir da liberdade nem da disciplina; não se pode prescindir da democracia nem do centralismo. Essa unidade de democracia e centralismo, de liberdade e disciplina, constitui o nosso centralismo democrático. Sob tal sistema, o povo goza duma ampla democracia e liberdade mas, ao mesmo tempo, ele deve manter-se dentro dos limites da disciplina socialista. As grandes massas populares compreendem tudo isso.

Nós somos partidários da liberdade que se acompanha duma direcção e da democracia com direcção centralizada mas isso não significa, de modo algum, que se deve recorrer a medidas coercivas para solucionar as questões ideoló-

gicas e os problemas que envolvem a distinção entre a verdade e o erro, que surgem no seio do povo. As tentativas de solução das questões ideológicas ou das questões relativas à verdade e ao erro através de ordens administrativas ou de medidas coercivas não são somente vãs como são igualmente perniciosas. Nós não podemos abolir a religião por meio de ordens administrativas, nem obrigar as pessoas a não crer. Não podemos obrigar as pessoas a renunciar ao idealismo, nem tão-pouco podemos obrigá-las a crer no Marxismo. A única via para resolver as questões de natureza ideológica ou as controvérsias no seio do povo é o uso do método democrático, da discussão, da crítica, persuasão e educação, e nunca o uso de métodos de coerção ou repressão. Para poder dedicar-se com eficácia à produção e ao estudo, e a fim de ordenar de forma correcta a sua vida, o povo exige que o seu governo e os responsáveis pela produção e pelas organizações de cultura e educação formulem disposições administrativas adequadas com carácter obrigatório. O bom senso diz que a manutenção da ordem pública seria impossível sem tais disposições. As disposições administrativas e o método de persuasão e educação completam-se mutuamente na resolução das contradições existentes no seio do povo. Igualmente, as disposições administrativas para a manutenção da ordem pública devem ser acompanhadas duma persuasão e educação pois, em muitos casos, por si sós, elas não são eficazes.

Em 1942, nós concretizámos esse método democrático de solução das contradições no seio do povo com a fórmula: «unidade-crítica-unidade». Explicada em detalhe, tal fórmula significa partir do desejo de unidade, resolver as contradições por meio da crítica ou luta e chegar a uma nova unidade assente numa nova base. Segundo a nossa experiência, esse é o método correcto para a solução das contradições no seio do povo. Em 1942, nós usámos este método para resolver as contradições no seio do Partido Comunista, nomeadamente as contradições entre os dogmáticos e a grande massa dos militantes do Partido, e entre o dogmatismo e o Marxismo. No passado, os dogmáticos que sofriam de desvios de «esquerda» empregavam na luta no interior do Partido o método de «lutar sem piedade e bater sem compaixão». Este método era errado. Ao criticar o dogmatismo de «esquerda», usámos, em seu lugar, um novo método segundo o qual partindo do desejo de unidade se utilizava a crítica ou luta para delimitar a verdade e o erro e conseguir assim uma nova unidade, repousando sobre uma nova base. Tal foi o

método da campanha de rectificação efectuada em 1942. Alguns anos volvidos, durante o VII Congresso Nacional do Partido Comunista da China, celebrado em 1945, realizou-se a unidade de todo o Partido, graças à qual foi conquistada a grande vitória da revolução popular. Ao empregar este método, é necessário, antes de mais nada, inspirar-se do desejo de unidade. Se não existir esta aspiração subjectiva de unidade, a luta, uma vez começada, descamba imediata e inevitavelmente numa desorganização que não se poderá controlar. Não equivalerá por acaso isso ao emprego do método de «lutar sem piedade e bater sem compaixão»? De que unidade do Partido se pode então falar? Baseados nesta experiência, alcançámos a fórmula «unidade-crítica-unidade». Por outras palavras: «tirar a lição dos erros passados a fim de evitá-los no futuro», e «tratar a doença para salvar o doente». Difundimos este método também fora do Partido. Utilizámo-lo em todas as bases de apoio anti-japonesas e com ele conseguimos enormes êxitos na regularização das relações entre a direcção e as massas, entre o exército e a população, entre oficiais e soldados, entre as diversas unidades do exército e entre os diversos quadros. Quanto à questão respeitante ao uso deste método, podemos recuar a um período

ainda mais distante da história do nosso Partido. Já em 1927, quando começámos a criar as nossas forças armadas revolucionárias e as bases de apoio no sul do país, encetámos a aplicação do referido método para regular as relações entre o Partido e as massas, entre o exército e a população, entre oficiais e soldados, assim como outras relações no seio do povo. A única diferença consiste em que, durante a guerra contra os invasores japoneses, este método empregava-se duma maneira muito mais consciente. Depois da libertação do país, nós empregámos ainda este mesmo método de «unidade-crítica-unidade» nas nossas relações com outros partidos democráticos e com os círculos de industriais e de comerciantes. A nossa tarefa actual consiste em continuar a propagar e a aplicar melhor ainda este método no seio do povo; queremos que todas as nossas fábricas, cooperativas, estabelecimentos comerciais, escolas, organismos estatais, organizações sociais, numa palavra, os seiscentos milhões de habitantes do nosso país, usem este método para resolver as suas contradições internas.

Nas circunstâncias normais, as contradições no seio do povo não são antagónicas. Todavia podem chegar a sê-lo, se não forem tratadas adequadamente, ou se relaxarmos a vigilância e baixarmos a guarda. Nos países socialistas,

um tal desenvolvimento constitui geralmente um fenómeno parcial e temporário. Isso é assim porque, nesses países, o sistema de exploração do homem pelo homem já foi abolido e os interesses do povo são fundamentalmente os mesmos. As acções antagónicas que tiveram lugar, em escala bastante elevada, por ocasião dos acontecimentos da Hungria, explicam-se pelo facto de terem ali intervido factores contra-revolucionários interiores e exteriores. Essas acções foram um fenómeno de carácter específico e temporário. Em casos como este, os reaccionários dos países socialistas conspiram com os imperialistas, aproveitando as contradições existentes no seio do povo para fomentar a desunião e a discórdia e tramar confusões e distúrbios, com o intento de realizar os seus desígnios conspirativos. A lição dos acontecimentos da Hungria deve merecer a nossa atenção.

Parece a muitas pessoas que a utilização de métodos democráticos para resolver as contradições no seio do povo é uma questão recente. Mas na realidade ela não o é. Os marxistas sempre consideraram que a causa do proletariado só pode ser realizada com o apoio das massas populares e que os comunistas devem usar o método democrático de persuasão e educação na sua actividade entre o povo

trabalhador, sendo absolutamente inadmissível que adoptem uma atitude autoritária ou meios de coerção. O Partido Comunista da China é fiel a esse princípio marxista-leninista. Sempre sustentámos que, sob a ditadura democrática popular, devem usar-se dois métodos diferentes — o ditatorial e o democrático — para resolver os dois tipos distintos de contradições: as que existem entre nós e o inimigo e as que existem no seio do povo. Esta ideia tem sido repetidas vezes exposta em documentos emitidos pelo nosso Partido e em intervenções de muitos dos seus dirigentes. No meu artigo *Sobre a Ditadura Democrática Popular,* escrito em 1949, eu dizia que «a combinação da democracia no seio do povo com a ditadura sobre a reacção constitui a ditadura democrática popular». Eu também observei que para resolver os problemas existentes no seio do povo «usamos métodos democráticos, isto é, métodos de persuasão e não de compulsão». Na minha intervenção na Segunda Sessão da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, realizada em Junho de 1950, eu dizia ainda: «A ditadura democrática popular emprega dois métodos. Em relação aos inimigos, ela usa o método ditatorial. Isto quer dizer que durante o período de tempo necessário, não se lhes permite a participação em actividades políticas, obriga-

-se-lhes a aceitar as leis do Governo Popular, a trabalhar e a transformar-se a si próprios em homens novos, por meio do trabalho. Pelo contrário, não se emprega o método ditatorial em relação ao povo, mas sim o método democrático. Isto significa que é necessário dar ao povo a possibilidade de participar na actividade política, não o obrigar a fazer isso ou aquilo, e usar em relação a ele métodos democráticos de educação e de persuasão. Esta educação constitui a auto-educação no seio do povo, e a crítica e a auto-crítica constituem o método fundamental da auto-educação.» No passado, falámos muitas vezes do emprego de métodos democráticos para resolver as contradições existentes no seio do povo e, além disso, agimos fundamentalmente de acordo com este princípio, princípio que muitos quadros e numerosas pessoas compreenderam na prática. Por que razão pensam agora algumas pessoas que se trata de algo de novo? Porque a luta travada por nós contra as nossos inimigos internos e exteriores foi muito intensa no passado e as pessoas não centravam, tanto como agora, as suas atenções nas contradições que existem no seio do povo.

Muitas são as pessoas incapazes de fazer uma clara distinção entre estes dois tipos diferentes de contradições — as que existem entre

nós e o inimigo e as que existem no seio do povo — e têm tendência a confundir as duas. Precisamos admitir que é por vezes fácil confundi-las. Tal confusão estabeleceu-se muitas vezes no nosso trabalho passado. Durante a liquidação da contra-revolução, indivíduos honestos foram considerados erradamente como culpados. Tais casos deram-se no passado e ainda agora acontecem. Se fomos capazes de limitar os nossos erros, isto deve-se à nossa política de traçar uma demarcação entre nós e o inimigo e de rectificar os erros logo que estes sejam constatados.

A filosofia marxista considera que a lei da unidade dos contrários é a lei fundamental do universo. Essa lei vale universalmente, quer na Natureza quer na sociedade humana quer no pensamento do homem. Entre os aspectos opostos duma contradição, há ao mesmo tempo unidade e luta, sendo isso que faz com que as coisas e os fenómenos se movam e mudem. As contradições existem em tudo, mas têm um carácter diferente conforme a natureza de cada coisa ou fenómeno. Para cada coisa ou fenómeno concreto, a unidade dos contrários é condicional, temporária, transitória e portanto relativa, enquanto que a luta dos contrários é absoluta. Lenine deu uma explicação muito clara desta lei. No nosso país, é cada vez maior

o número de pessoas que a compreendem. No entanto, para muita gente o seu conhecimento é uma coisa, enquanto que a sua aplicação no exame e na solução dos problemas é outra coisa. Muitos não ousam reconhecer abertamente que existem ainda contradições no seio do povo e que são precisamente estas contradições a verdadeira força que estimula a marcha da nossa sociedade. Pessoas há, e muitas, que se recusam a admitir que existem ainda contradições nas sociedades socialistas e, por via disso, quando se encontram perante as contradições sociais, agem com timidez e não manifestam qualquer iniciativa. Elas não compreendem que é justamente no processo incessante de tratar e de resolver com correcção as contradições que se fortalecem dia a dia a coesão e a unidade internas da sociedade socialista. Por conseguinte, surge a necessidade de levar a cabo um trabalho de esclarecimento no seio dos nossos povos, dos nossos quadros em primeiro lugar, a fim de ajudá-los a compreender as contradições da sociedade socialista e ensiná-los a resolvê-las de maneira correcta.

As contradições da sociedade socialista são radicalmente diferentes das contradições das velhas sociedades, tal como a capitalista, por exemplo. As contradições da sociedade capitalista manifestam-se por antagonismos e conflitos brutais, por uma encarniçada luta de classes, e não podem ser resolvidas pelo próprio sistema capitalista, mas sim pela revolução socialista. As contradições da sociedade socialista são, pelo contrário, não-antagónicas e podem ser resolvidas de uma maneira contínua pelo próprio sistema socialista.

As principais contradições da sociedade socialista continuam a ser as existentes entre as relações de produção e as forças produtivas, e entre a superstrutura e a base económica. Estas contradições são todavia radicalmente distintas pelo seu carácter e pelas suas circunstâncias das que existiam nas velhas sociedades entre as relações de produção e as forças produtivas, e entre a superstrutura e a base económica. O actual sistema social do nosso país é de longe superior ao de outrora. Se assim não fosse, o velho sistema não teria sido derrotado e o novo sistema não teria sido edificado. Quando se diz que as relações de produção socialistas são mais apropriadas para o desenvolvimento das forças produtivas do que as velhas relações de produção, quer-se com isso dizer que aquelas permitem o desenvolvimento das forças produtivas a um ritmo sem precedentes na velha sociedade, ritmo graças ao qual a produção pode aumentar continua-

mente e as necessidades do povo, em crescimento constante, podem ser gradualmente satisfeitas. Sob o domínio do imperialismo, do feudalismo e do capitalismo burocrático, as forças produtivas desenvolviam-se na velha China com extrema lentidão. Durante mais de meio século antes da libertação, a produção anual de aço em todo o país, excepto o Nordeste, não passava de dezenas de milhares de toneladas. Incluindo o Nordeste, a produção máxima anual de aço mal ultrapassava 900.000 toneladas. Em 1949, a produção de aço em todo o país não excedia 100.000 e poucas dezenas de milhares de toneladas. Mas actualmente, decorridos magros sete anos depois da libertação do país, a nossa produção de aço em todo o país atingiu já 4 milhões e muitas centenas de milhares de toneladas por ano. Na velha China, mal existia uma indústria de construção mecânica, sem falar nas indústrias de automóveis e aviões. Contudo hoje possuímo-las. Para onde deve marchar a China, uma vez que o seu povo derrubou a dominação do imperialismo, feudalismo e capitalismo burocrático? Para o capitalismo ou para o socialismo? Muitas pessoas não possuem uma ideia clara acerca desta questão. Os factos responderam já: somente o socialismo pode salvar a China. O sistema socialista promoveu um

rápido desenvolvimento das forças produtivas do nosso país, o que é um facto que até os nossos inimigos exteriores se vêem obrigados a reconhecer.

Todavia, o nosso sistema socialista apenas acaba de ser instaurado; a sua criação não está ainda terminada e ele não está ainda completamente consolidado. Nas empresas industriais e comerciais mistas, as estatais-privadas, os capitalistas recebem ainda um juro fixo [2] sobre o seu capital, o que quer dizer que existe ainda a exploração. Com respeito à questão da propriedade, as empresas deste tipo não são completamente socialistas quanto à sua natureza. Uma parte das cooperativas agrícolas de produção e das cooperativas artesanais de produção são ainda semi-socialistas; mesmo nas cooperativas inteiramente socialistas, estão ainda por resolver alguns problemas respeitantes à propriedade. Em vários sectores da nossa economia, as relações de produção e de troca estão sendo gradualmente estabelecidas, de conformidade com os princípios socialistas, e vão, a pouco e pouco, encontrando formas relativamente adequadas. O estabelecimento de uma justa relação entre a acumulação e o consumo constitui um problema complexo no sector da economia socialista fundada sobre a propriedade de todo o povo e no sector da

economia socialista fundada sobre a propriedade colectiva, assim como nas relações entre esses dois sectores. Não é fácil encontrar de uma só vez uma solução perfeitamente racional para este problema. Em resumo, as relações de produção socialistas foram já estabelecidas. Elas estão em concordância com o desenvolvimento das forças produtivas, mas estão ainda longe de serem perfeitas e os seus aspectos imperfeitos estão em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas. Há simultaneamente harmonia e contradição entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas; existe, analogamente, harmonia e contradição entre a superstrutura e a base económica. A superstrutura — as nossas instituições estatais e as leis da ditadura democrática popular, bem como a ideologia socialista dirigida pelo Marxismo-Leninismo — tem desempenhado um papel positivo, facilitando a vitória das transformações socialistas e o estabelecimento da organização socialista do trabalho; ela corresponde à base económica socialista, isto é, às relações de produção socialistas. Mas a subsistência da ideologia burguesa, de certos processos burocráticos de trabalho nos nossos organismos estatais e de deficiências em certos elos das nossas instituições estatais estão, por sua vez, em contra-

dição com a base económica socialista. É à luz das condições específicas que nós devemos continuar a resolver tais contradições. Naturalmente, resolvidas estas contradições, surgirão novos problemas. Novas contradições que exigem uma solução. Assim por exemplo, as contradições entre a produção e as necessidades da sociedade, que subsistirão durante um longo período como uma realidade objectiva, exigem uma solução através de planos do Estado, segundo um processo constante de reajustamento. No nosso país, elabora-se anualmente um plano económico a fim de estabelecer adequadas proporções entre a acumulação e o consumo e conseguir-se um equilíbrio entre a produção e as necessidades da sociedade. Este equilíbrio constitui a unidade relativa e temporária das contradições. No fim de um ano, esse equilíbrio, tomado no seu conjunto, é rompido pela luta dos elementos contraditórios, a unidade desintegra-se, o equilíbrio transforma-se em desequilíbrio, a unidade deixa de existir e é novamente necessário estabelecer o equilíbrio e a unidade para o ano seguinte. É precisamente nisso que reside a superioridade da nossa economia planificada. Na realidade, tal equilíbrio e tal unidade rompem-se parcialmente em cada mês e em cada trimestre, o que provoca a necessidade de um reajusta-

mento parcial. Às vezes, porque as disposições tomadas não correspondem à realidade objectiva, surgem contradições e o equilíbrio então rompe-se. Isto é o que chamamos cometer um erro. As contradições surgem continuamente e são continuamente resolvidas. Esta é a lei dialéctica do desenvolvimento das coisas e dos fenómenos.

Eis como se apresenta actualmente a situação: a luta de classes das massas, tempestuosa e em grande escala, que caracteriza os períodos revolucionários, está, no seu aspecto essencial, terminada, mas a luta de classes todavia ainda não terminou completamente; apesar de as grandes massas acolherem com satisfação o novo regime, elas não estão ainda muito aclimatadas a ele. Os funcionários do Governo não possuem ainda suficiente experiência e têm de continuar a examinar e a aprofundar o processo de tratar os problemas concretos relativos às directivas políticas. Isto quer dizer que o nosso regime socialista carece de tempo para implantar-se e consolidar-se, que as massas populares necessitam de tempo para se habituarem ao novo sistema e que os funcionários do Governo precisam também de tempo para estudar e adquirir experiência. É uma imperiosa necessidade levantar na actual conjuntura o problema da distinção das

contradições existentes entre nós e o inimigo e das existentes no seio do povo, assim como o problema de como resolver correctamente as contradições existentes no seio do povo, a fim de agregar todas as nacionalidades do nosso país para o empreendimento duma nova batalha — a batalha contra a Natureza —, a fim de desenvolver a nossa economia e a nossa cultura, a fim de que todo o povo possa atravessar de maneira relativamente fácil o actual período de transição e a fim de consolidar o nosso novo regime e edificar o nosso novo Estado.

II. A ELIMINAÇÃO DOS CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS

A questão da eliminação dos contra-revolucionários é uma questão de luta entre nós e o inimigo, uma contradição entre nós e o inimigo. No seio do povo, algumas pessoas vêem essa questão de maneira um tanto diferente. Dois tipos de pessoas defendem pontos de vista diferentes do nosso. Os que têm uma mentalidade direitista não fazem distinção entre nós e o inimigo e tomam o inimigo pela nossa própria gente. Eles consideram como amigas precisamente aquelas pessoas que as grandes massas consideram como inimigas. Os que têm

uma mentalidade «esquerdista» exageram as contradições entre nós e o inimigo, de tal maneira que consideram certas contradições no seio do povo como contradições com o inimigo e olham como contra-revolucionários pessoas que na realidade o não são. Esses dois pontos de vista são errados. Nenhum deles pode conduzir a um correcto tratamento da questão da eliminação dos contra-revolucionários, nem a uma correcta apreciação do nosso trabalho a esse respeito.

Para avaliar justamente os resultados dos nossos esforços para suprimir a contra-revolução, vejamos qual foi o efeito causado no nosso país pelos acontecimentos da Hungria. Os ditos acontecimentos suscitaram certas vacilações numa parte dos nossos intelectuais, mas não provocaram qualquer desordem. Como explicar isso? Uma das razões, impõe-se-nos dizê-lo, é o facto de já nessa altura termos eliminado quase radicalmente a contra-revolução.

Claro está que a consolidação do nosso Estado não é primordialmente devida à supressão da contra-revolução. Ela deve-se, antes de mais nada, ao facto de dispormos de um Partido Comunista, de um Exército de Libertação e de um povo trabalhador temperados por uma luta revolucionária de dezenas de anos. O nosso

Partido e o nosso Exército estão enraizados nas massas, foram temperados nas chamas de uma revolução prolongada e possuem combatividade. A nossa República Popular foi desenvolvida progressivamente a partir de bases revolucionárias, não foi edificada do dia para a noite. Alguns democratas de relevo foram igualmente temperados na luta, com menor ou maior intensidade, e connosco sofreram o período das tribulações. Certos intelectuais endureceram na luta contra o imperialismo e a reacção; após a libertação, muitos passaram por um processo de transformação ideológica, o qual tinha por finalidade permitir-lhes fazer uma nítida distinção entre nós e o inimigo. Por outro lado, a consolidação do nosso Estado é devida ao facto de as nossas medidas económicas serem no seu aspecto essencial justas, ao facto de as condições de vida da população terem-se estabilizado e melhorarem progressivamente, ao facto de ser igualmente justa a nossa política em relação à burguesia nacional e a outras classes e ainda por outras razões. Entretanto, os nossos sucessos na eliminação da contra-revolução são indubitavelmente uma importante razão da consolidação do nosso Estado. Por estas razões, ainda que um grande número dos nossos estudantes não seja originário de famílias de trabalhadores, todos, à

parte algumas excepções, são patriotas e defendem o socialismo, não tendo causado quaisquer manifestações por ocasião dos acontecimentos da Hungria. O mesmo aconteceu com a burguesia nacional, para não falarmos nas massas fundamentais — os operários e os camponeses.

Após a libertação, foi eliminada uma série de contra-revolucionários. Alguns foram condenados à morte por terem cometido graves delitos. Isso era absolutamente necessário e o povo assim o exigia. Procedeu-se dessa maneira, com o fim de libertar as massas oprimidas durante longos anos pelos contra-revolucionários e por todas as espécies de tiranos locais, ou seja, por outras palavras, para libertar as forças produtivas. Se assim não procedêssemos, as massas populares não poderiam levantar a cabeça. Todavia, a situação transformou-se radicalmente a partir de 1956. Considerando o país no seu conjunto, as forças principais da contra-revolução estão já aniquiladas. A nossa tarefa primeira não consiste mais na libertação das forças produtivas, mas sim na defesa e no desenvolvimento das forças produtivas, no contexto de novas relações de produção. Certas pessoas não compreendem que a nossa política actual corresponde à nossa situação actual, e que a política anterior correspondia à situação do passado; elas pretendem utilizar a nossa política actual para revogar decisões tomadas no passado e esforçam-se por negar os grandes sucessos que alcançámos no que respeita à eliminação dos contra-revolucionários. Isto é completamente errado e o povo não o consentirá.

Quanto à eliminação dos contra-revolucionários, o facto principal consiste em termos alcançado sucessos; porém, cometemos também erros. Foram cometidos excessos em alguns casos e noutros os contra-revolucionários escaparam ao merecido castigo. A nossa política consiste nisto: «Os contra-revolucionários devem ser eliminados sempre que sejam encontrados; os erros devem ser corrigidos sempre que sejam descobertos». A nossa linha de trabalho quanto à eliminação dos contra-revolucionários é a que se fundamenta na liquidação da contra-revolução pelas próprias massas. Todavia, mesmo ao aplicar esta linha de massas nós podemos cometer erros no nosso trabalho, mas estes serão relativamente menores em número e mais fáceis de corrigir. As massas ganham experiência na luta. Agindo correctamente, adquirem a experiência das acções correctas; se cometem erros, adquirem experiência dos erros cometidos.

Quanto aos erros já descobertos praticados no trabalho de eliminação dos contra-revolu-

cionários, foram e estão sendo tomadas disposições para os eliminar. Os que ainda não foram corrigidos, se-lo-ão tão logo sejam descobertos. As decisões que respeitem à reabilitação de alguém devem ser publicamente tratadas, na mesma medida da publicidade conferida à errada decisão original. Eu proponho que se realize, neste ou no próximo ano, uma completa verificação do trabalho de eliminação dos contra-revolucionários, a fim de se fazer um balanço das experiências, estimular o espírito de justiça e combater as tendências malsãs [3]. Esta verificação seria realizada à escala nacional sob a direcção do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional e do Comité Permanente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, e, à escala local, sob a direcção dos comités populares provinciais e municipais e dos comités locais da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. Durante essa verificação, nós deveríamos ajudar um grande número de quadros e activistas, ao invés de lhes lançarmos um balde de água fria. Seria injusto lançar-mo-lhes um balde de água fria. Não obstante, os erros deveriam ser corrigidos logo que fossem descobertos. Tal deveria ser a atitude de todos os órgãos de segurança pública, do ministério público, dos departamentos judiciários, das prisões ou dos organismos encarregados da reeducação dos criminosos pelo trabalho. Acalentamos a esperança de que todos os membros do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, os membros da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e os deputados populares participarão nessa verificação, uma vez que isso lhes venha a ser possível. Isto contribuiria para o aperfeiçoamento da nossa legislação e para a adopção de medidas correctas em relação aos contra-revolucionários e outros elementos criminosos.

Em relação aos contra-revolucionários, a situação pode ser presentemente caracterizada da seguinte maneira: Embora poucos, existem ainda contra-revolucionários. Acima de tudo é necessário ver que eles ainda existem. Há pessoas que afirmam que já não existem mais contra-revolucionários, que reina a tranquilidade em toda a parte, que se pode dormir sem sobressaltos. Este facto não corresponde à realidade. Não há dúvidas de que há ainda contra-refolucionários (não em cada localidade nem em cada organização, bem entendido) e que é necessário continuar a dar-lhes luta. Impõe-se-nos reconhecer que os contra-revolucionários escondidos não renunciarão aos seus desígnios, que eles procurarão certamente

todas as oportunidades para criar desordens. Os imperialistas dos Estados Unidos e a camarilha de Tchiang Kai-chek enviam constantemente os seus agentes, para se entregarem a actividades de sabotagem. Mesmo depois da liquidação de todos os contra-revolucionários ainda existentes, certos elementos contra-revolucionários novos poderão ainda surgir. Se descuidarmos a nossa vigilância, poderemos incorrer em faltas muito graves e pagar por isso um preço muito elevado. Onde quer que sejam descobertos a provocar desordens, os contra-revolucionários devem ser energicamente eliminados. Mas, se considerarmos o conjunto do país, não restam, efectivamente, muitos contra-revolucionários. Seria pois igualmente errado afirmar que os contra-revolucionários são ainda numerosos em todo o país. A aceitação duma tal apreciação daria também lugar a confusões.

III. COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

Nós temos uma população agrícola de mais de 500 milhões de seres humanos e a situação dos nossos camponeses é de uma importância vital para o desenvolvimento da nossa economia e para a consolidação do poder do nosso Estado.

Considero que, neste domínio, a situação é no seu conjunto boa. A realização da cooperação agrícola resolveu a grande contradição entre a industrialização socialista e a economia agrícola individual. Algumas pessoas temem que possam ter sido cometidos erros na realização rápida da cooperação agrícola. Existem realmente alguns erros, mas, felizmente, estes não são muito grandes, e a situação pode no geral considerar-se sã. Os camponeses trabalham com entusiasmo. Apesar de as calamidades naturais provocadas pelas inundações, pelas secas e pelos tufões terem sido muito mais graves no ano passado do que nos anos anteriores, a produção de cereais aumentou em todo o país. Algumas pessoas provocaram um tufão em miniatura: elas afirmam presentemente que a cooperação agrícola não é uma coisa boa, não é superior à exploração agrícola individual. É ou não é superior a cooperação agrícola? Entre os documentos que foram distribuídos na sessão de hoje, há um que se refere à cooperativa do distrito de Tsuen-hua, província de Hopei, dirigida por Vam Cuo-fan [4], documento cuja leitura vos recomendo. Essa cooperativa está situada numa região montanhosa, reconhecida no passado pela sua pobreza, e que vivia do auxílio em cereais que lhe era anualmente dispensado pelo Governo Popular. Quando em

1953 foi ali fundada a primeira cooperativa, houve quem a chamasse «cooperativa dos pobres». Todavia, ao fim de quatro anos de labuta tenaz, a situação melhorou de ano para ano, e, hoje, a esmagadora maioria dos seus membros dispõe de excedentes de cereais. O que conseguiu essa cooperativa, outras poderão igualmente obtê-lo, nas condições normais, mesmo que para tanto tenham que aguardar um pouco mais de tempo. Assim, torna-se clara a inexistência de fundamento para a propalação do juízo segundo o qual a cooperação agrícola não serve para nada.

Disso se infere também que a criação duma cooperativa exige necessariamente uma luta árdua e difícil. É através de dificuldades e vicissitudes que cresce tudo quanto é novo. Na causa do socialismo, tentar ir sempre de vento em popa, tentar obter facilmente os sucessos sem passar por dificuldades nem vicissitudes e sem fazer os máximos esforços, constitui uma pura ilusão.

Quem é que apoia activamente as cooperativas? A imensa maioria dos camponeses pobres e as camadas inferiores dos camponeses médios, o que totaliza mais de 70% da população rural. A maioria dos restantes camponeses deposita também as suas esperanças no futuro das cooperativas. Os que estão realmente

descontentes são uma pequena minoria. Muita gente não analisou esta situação, não estudou em todos os seus aspectos os êxitos e as deficiências das cooperativas, nem tão-pouco as causas que originaram tais deficiências, e tomou a parte pelo todo. Eis a razão porque se tem levantado entre certas pessoas um tufão em miniatura, pretendendo-se que as cooperativas não são superiores.

Quanto tempo será ainda necessário para consolidar as cooperativas e pôr termo às atoardas de que as mesmas não têm superioridade? A julgar pela experiência do desenvolvimento de muitas cooperativas, isto levaria provavelmente cinco anos ou um pouco mais. Atendendo a que a maior parte das nossas cooperativas não existe senão há pouco mais de um ano, não seria razoável esperar mais delas em tão breve lapso de tempo. Quanto a mim, seria já fazer muito se conseguíssemos estabelecer as cooperativas durante o Primeiro Plano Quinquenal e as consolidássemos no decurso do Segundo.

As cooperativas estão-se consolidando progressivamente. Certas contradições aguardam ainda solução neste domínio, tais como: as existentes entre o Estado e as cooperativas; as que existem no seio das cooperativas; e as que existem entre as diferentes cooperativas.

Para resolvermos estas contradições, devemos ter sempre presentes os problemas da produção e da distribuição. Vejamos o problema da produção: por um lado, a economia da cooperativa deve subordinar-se à direcção dos planos económicos unificados do Estado, mas, ao mesmo tempo, ela deve conservar certa flexibilidade e independência de acção, sem que isso prejudique os planos unificados do Estado, a política e as leis e decretos do Estado; por outro lado, cada família-membro duma cooperativa pode estabelecer o seu próprio plano de produção da parcela de terra reservada ao uso privado e os planos de outras actividades de exploração individual, desde que se subordine ao plano geral da cooperativa ou da brigada de produção de que faça parte. Relativamente ao problema da distribuição, devemos ter em conta tanto os interesses estatais e colectivos como os interesses individuais. É necessário estabelecer uma correlação adequada entre os impostos estatais, a acumulação de fundos das cooperativas e os rendimentos pessoais dos camponeses e dedicar uma constante atenção aos reajustamentos indispensáveis para resolver as contradições, na medida em que estas forem aparecendo. A acumulação é necessária tanto para o Estado como para as cooperativas, mas de maneira

nenhuma deve ser excessiva. Nós devemos fazer todo o possível por que os camponeses, nos anos de colheita normal, aumentem, de ano para ano, os rendimentos pessoais, com base no crescimento da produção.

Muitos dizem que os camponeses levam uma vida amarga. Será isso verdade? Por um lado é. Isso é justo em relação ao facto de a China ter sido submetida durante mais de um século ao jugo e à exploração dos imperialistas e dos seus agentes, que a transformaram num país pobre, com um baixo nível de vida não só para os camponeses como também para os operários e intelectuais. Precisaremos de muitas décadas de exaustivos esforços para levantar, progressivamente, o nível de vida de todo o nosso povo. Neste sentido, «amarga» é o justo qualificativo. Mas vista de outro ângulo, não é justa. Referimo-nos à alegação de que, em sete anos transcorridos após a libertação, só melhorou a vida dos operários e não a dos camponeses. Na realidade, salvo raras excepções, tanto a vida dos operários como a dos camponeses melhorou em certa medida depois da libertação. Após a libertação, os camponeses subtraíram-se à exploração dos senhores de terras e a sua produção aumenta de ano para ano. Tomemos por exemplo o caso dos cereais: em 1949, a produção mal ultrapassou 105

milhões de toneladas, enquanto que em 1956 ela foi superior a 180 milhões, o que representa um aumento de cerca de 75 milhões de toneladas. O imposto agrícola recebido anualmente pelo Estado eleva-se a uma quinzena de milhões de toneladas somente, o que não pode ser considerado pesado. A quantidade de cereais que o Estado compra todos os anos aos camponeses, ao preço normal, mal ultrapassa os 25 milhões de toneladas. A quantidade global de cereais atribuída a estes dois últimos capítulos, sobe assim a uma quarentena de milhões de toneladas. Entretanto, mais da metade dessa quantidade de cereais é vendida nos campos e nas aglomerações situadas nas regiões rurais. É pois evidente que não se pode dizer que a vida dos camponeses não melhorou. Nós propomo-nos estabilizar, no decurso de vários anos, a quantidade global de cereais que se recebe dos camponeses, a título de imposto e mediante compra feita pelo Estado, a um nível de cerca de 40 milhões de toneladas por ano. Isto auxiliará o desenvolvimento da agricultura e a consolidação das cooperativas; permitirá que não voltem a sofrer da falta de cereais as poucas famílias de camponeses a quem ainda faltam cereais; permitirá que todas as famílias camponesas, excepto algumas explorações agrícolas especializadas em cultivos industriais, tenham excedentes de cereais ou, pelo menos, disponham de grão em quantidade suficiente para satisfazer as suas necessidades; permitirá o desaparecimento de camponeses pobres nos distritos rurais e fará com que todos os camponeses atinjam ou ultrapassem o nível de vida dos camponeses médios. Não é justo fazer uma comparação superficial dos rendimentos médios anuais dos camponeses com os dos operários e deduzir que são muito baixos uns e excessivamente altos outros. A produtividade do trabalho dos operários é consideravelmente maior do que a dos camponeses, enquanto que o custo de vida destes é muito inferior ao dos operários urbanos. Consequentemente, não se pode dizer que os operários desfrutam de privilégios especiais por parte do Estado. Não há dúvida que alguns operários e funcionários do Estado recebem no entanto salários algo elevados. Os camponeses têm por isso razão de estar descontentes com tal situação. Daí que se afigura necessário efectuar um reajustamento adequado, à luz das circunstâncias concretas.

IV. O PROBLEMA DOS INDUSTRIAIS E DOS COMERCIANTES

No domínio da reforma do nosso sistema social, além da organização das cooperativas agrícolas e artesanais, conseguimos igualmente, em 1956, transformar as empresas industriais e comerciais privadas em empresas mistas, com capital estatal e privado. A realização rápida e bem sucedida de tal empreendimento está intimamente ligada ao facto de termos resolvido as contradições entre a classe operária e a burguesia nacional como contradições no seio do povo. Teriam sido essas contradições completamente resolvidas? Não, elas não foram ainda completamente resolvidas e falta ainda muito tempo para que o sejam. Há pessoas que vão ao ponto de dizer que os capitalistas estão tão reeducados que quase não se distinguem já dos operários, e que não é necessário prosseguir na sua reeducação. Alguns chegam inclusivamente a afirmar que os capitalistas têm uma mais forte consciência política que os operários. E outros dizem ainda: se a reeducação é necessária, por que é que não tem a classe operária necessidade dela? Serão tais juízos acertados? Naturalmente que o não são.

Quando se edifica uma sociedade socialista, todos têm necessidade de reeducação, tanto os exploradores como os trabalhadores. Quem é que diz que a classe operária não carece de reeducação? A reeducação dos exploradores e a dos trabalhadores são naturalmente dois tipos qualitativamente diferentes de reeducação, e é necessário não confundi-las. No decurso da luta de classes e da batalha travada contra a Natureza, a classe operária transforma toda a sociedade e, ao mesmo tempo, reeduca-se a si mesma. A classe operária deve aprender constantemente através do trabalho e libertar-se gradualmente dos seus defeitos. Ela não deve jamais deixar de proceder assim. Tomemo-nos a nós, os presentes, como exemplo: muitos de nós notamos que fazemos alguns progressos todos os anos, isto é, reeducamo-nos de ano para ano. Eu próprio nutria anteriormente todas as espécies de ideias não-marxistas. Só depois é que eu abracei o Marxismo. Aprendi um pouco de Marxismo nos livros e assim comecei a remodelar as minhas ideias. Todavia essa transformação efectuou-se principalmente através duma prolongada luta de classes. E tenho que continuar os meus estudos, se ainda quiser fazer progressos; de outra maneira, cristalizar-me-ei. Serão os capitalistas dotados duma tão

forte consciência política, a ponto de não necessitarem já de ser reeducados?

Certas pessoas pretendem que a burguesia chinesa já não possui um duplo carácter e sim um carácter único. Será isso verdade? Não. Por um lado, os elementos da burguesia tornaram-se membros do pessoal administrativo das empresas mistas e estão em vias de serem transformados de exploradores em trabalhadores vivendo do seu próprio trabalho; por outro lado, eles ainda recebem um juro fixo sobre os seus investimentos nas empresas mistas, o que significa que eles não se demitiram completamente ainda da sua qualidade de exploradores. Entre eles e a classe operária existe ainda uma diferença apreciável no domínio dos sentimentos, ideologia e dos hábitos da vida quotidiana. Por que é que se atrevem então a afirmar que eles deixaram de ter um duplo carácter? Mesmo que cessem de receber os seus juros fixos e se desembaracem da etiqueta de «burgueses», continuarão ainda a necessitar de uma reeducação ideológica durante um longo período. Se se admite que a burguesia já não possui um duplo carácter, então deixa de ser necessária para os capitalistas a tarefa de reeducação e estudo.

Há que dizer no entanto que a citada opinião não só não corresponde à situação

real dos industriais e dos comerciantes, como também não está de acordo com as aspirações da maioria deles. Durante os últimsos anos, a maior parte tem estudado com diligência e realizado notáveis progressos. A completa reeducação, tanto dos industriais como dos comerciantes, não poderá efectuar-se senão no decurso do trabalho: eles devem trabalhar lado a lado com os operários e os empregados nas empresas e considerá-las como o principal centro da sua reeducação. É também importante para eles que modifiquem alguns dos seus velhos pontos de vista por meio do estudo, devendo este revestir-se dum carácter de livre consentimento. Após terem participado durante algumas semanas num grupo de estudo, muitos industriais e comerciantes, ao regressarem às suas empresas, descobrem que falam então, com mais facilidade, uma linguagem comum à dos operários e dos representantes do sector estatal, o que beneficia o trabalho conjunto. Eles compreendem pela sua própria experiência que lhes é útil continuar a estudar e afazer a sua reeducação. A opinião a que me acabo de referir, a de que não é necessário continuar o estudo e a reeducação, não representa de modo algum o ponto de vista da maioria dos industriais e dos comerciantes. Tal opinião não é senão a de uma minoria.

V. A QUESTÃO DOS INTELECTUAIS

As contradições existentes no seio do povo manifestam-se também entre os intelectuais. Os vários milhões de intelectuais que antes serviam a velha sociedade passaram a prestar os seus serviços à nova sociedade. Isto levanta um problema: como podem eles elevar-se ao nível das exigências da nova sociedade e como ajudá-los a alcançá-lo? Esta é igualmente uma contradição no seio do povo.

A maior parte dos nossos intelectuais realizaram progressos evidentes no decurso dos sete últimos anos e pronunciam-se a favor do sistema socialista. Muitos dentre eles estudam afincadamente o Marxismo e alguns tornaram-se comunistas. Apesar de pequeno, o seu número não deixa de crescer. Claro que existem ainda alguns intelectuais que duvidam do socialismo ou que o não aprovam; porém, eles são uma minoria.

A China necessita do maior número possível de intelectuais, para levar ao seu termo a colossal tarefa da edificação do socialismo. Devemos confiar nos intelectuais que estão verdadeiramente dispostos a servir a causa do socialismo, melhorar de maneira radical as nossas relações com eles e ajudá-los a resolver todos os problemas cuja solução é necessária

para que possam manifestar plenamente todas as suas faculdades. Muitos dos nossos camaradas não sabem ganhar os intelectuais. São duros para com eles, demonstram falta de respeito para com o seu trabalho e, no terreno científico e cultural, permitem-se ingerir inoportunamente em questões nas quais não devem intervir. Devemos acabar com todas essas deficiências.

Ainda que tenham járealiza do alguns progressos, não devem no entanto os nossos intelectuais contentar-se só com isso. Devem continuar a sua própria transformação, demitindo-se progressivamente da sua concepção burguesa do mundo e adoptando, ao invés, uma concepção proletária e comunista, com o fim de poderem estar ao nível das exigências da nova sociedade e formarem um todo único com os operários e os camponeses. Esta transformação da concepção do mundo é uma transformação radical e, até ao presente momento, não podemos dizer que ela tenha já sido realizada pela maior parte dos nossos intelectuais. Esperamos que eles continuarão a fazer progressos e que, no decurso do estudo e do trabalho, adquirirão gradualmente uma concepção comunista do mundo, assimilarão o Marxismo-Leninismo e identificar-se-ão com os operários e os camponeses. Esperamos que

eles não se detenham a meio caminho ou, o que seria pior, que eles não façam marcha atrás, porque se assim procedessem, levariam a si próprios ao impasse. Uma vez que se operou uma transformação no sistema social do nosso país e que a base económica da ideologia burguesa foi no seu aspecto essencial destruída, não só é necessário, como é também possível que muitos dos nossos intelectuais transformem a sua concepção do mundo. Contudo, a transformação radical da concepção do mundo exige um lapso de tempo bastante prolongado. Por isso, devemos actuar com paciência e evitar todas as precipitações. Não faltarão certamente as pessoas que, de modo algum, quererão aceitar ideologicamente o Marxismo-Leninismo e o comunismo. Nós não devemos ser muito exigentes no que esperamos delas. Enquanto se submeterem às exigências do Estado e se entregarem a actividades lícitas, nós devemos conceder-lhes a possibilidade de se dedicarem a um trabalho apropriado.

Nestes últimos tempos, tem-se verificado uma quebra no trabalho ideológico e político entre os intelectuais e os jovens estudantes, e surgiram certos desvios. A algumas pessoas parece que já não é necessária a preocupação pela política, pelo futuro da Pátria, e pelos ideais da humanidade. Parece-lhes que o Marxismo, tão na moda em certa época, já não o está tanto agora. Para enfrentar tal situação é necessário reforçar o nosso trabalho ideológico e político. Tanto os intelectuais como os jovens estudantes devem aplicar-se a fundo. Além do estudo das suas especialidades, eles devem fazer progressos, tanto ideológica como politicamente, isto é, devem estudar o Marxismo, os problemas da actualidade e as questões políticas. Não possuir um ponto de vista político correcto é como não ter alma. A reeducação ideológica realizada no passado foi necessária e deu resultados positivos. No entanto os métodos empregados foram um tanto rudes e por isso algumas pessoas se sentiram ofendidas. Isto não está certo. É preciso evitar futuramente tais faltas. Todos os departamentos e organizações devem assumir as suas responsabilidades de trabalho ideológico e político. Isso aplica-se tanto ao Partido Comunista, como à Liga da Juventude, aos departamentos governamentais encarregados desse trabalho e, em especial, aos directores e professores dos estabelecimentos de ensino. A nossa política, no domínio da educação, deve permitir que todos os que a recebam se desenvolvam moral, intelectual e fisicamente e se convertam em trabalhadores cultos e de consciência socialista. Há que estimular a labo-

riosidade e o espírito de economia na edificação do país. Há que fazer compreender a toda a juventude que o nosso país é ainda muito pobre, que é impossível modificar radicalmente esta situação em pouco tempo e que é somente através dos esforços conjugados da nova geração e de todo o povo, trabalhando com as suas próprias mãos, que o nosso país poderá, no decurso de várias décadas, transformar-se num país próspero e poderoso. A instauração do regime socialista abriu-nos o caminho que conduz a um mundo ideal; mas para que esse mundo ideal se converta em realidade, temos que trabalhar duro de verdade. Certos jovens pensam que pelo facto de vivermos numa sociedade socialista, tudo deve marchar às maravilhas, e que, sem dispensar quaisquer esforços para isso, podem fruir uma vida plena de felicidade. Esta maneira de pensar não é realista.

VI. A QUESTÃO DAS MINORIAS NACIONAIS

No nosso país, as minorias nacionais constituem uma população de mais de 30 milhões de habitantes. Apesar de não representarem mais do que 6% da população total do país, elas ocupam no entanto regiões que

abarcam cerca de 50 a 60% da área total do território nacional. Por isso, é uma necessidade imperiosa o estabelecimento de boas relações entre os Hans e as minorias nacionais. A chave da solução deste problema reside na liquidação do chauvinismo grã-haniano. É necessário ao mesmo tempo liquidar o nacionalismo regionalista das minorias nacionais, onde quer que ele se manifeste. Tanto o chauvinismo grã-haniano como o nacionalismo regionalista dificultam a unidade entre as nacionalidades; eles são contradições existentes no seio do povo que devem ser ultrapassadas. Já fizemos um certo trabalho nesse sentido, havendo, em relação ao passado, grandes melhoramentos nas relações entre as nacionalidades, na maior parte das regiões habitadas por minorias nacionais. Mas há ainda muitos problemas por resolver. Em certas regiões existem ainda, em grau elevado, tanto o chauvinismo grã-haniano como o nacionalismo regionalista, pelo que é necessário dispensar-lhes uma grande atenção. Graças aos esforços realizados nos últimos anos por todas as nacionalidades, as reformas democráticas e as transformações socialistas foram já realizadas, no seu conjunto fundamental, na imensa maioria das regiões do nosso país habitadas por minorias nacionais. As reformas democráticas não foram até agora

realizadas no Tibete porque aí as condições ainda não estão maduras. De conformidade com o Acordo de 17 Artigos concluído entre o Governo Central e o governo local do Tibete, a reforma do regime social será ali realizada. Mas não nos devemos impacientar: a decisão sobre o momento em que convirá proceder a tal reforma não pode ser tomada senão quando a grande maioria dos tibetanos e os seus dirigentes a julgarem praticável. Por agora, tomou-se a decisão de não aplicar reformas no Tibete durante o período do Segundo Plano Quinquenal. Quanto à questão de saber se as mesmas reformas serão aplicadas no período do Terceiro Plano Quinquenal, ela não poderá ser resolvida a não ser de acordo com a conjuntura que então se apresentar[5].

VII. PLANIFICAÇÃO GERAL, CONSIDERAÇÃO DO CONJUNTO E DISPOSIÇÕES APROPRIADAS

A planificação geral e a consideração do conjunto a que aqui se refere, são a planificação geral e a consideração do conjunto necessárias aos interesses dos 600 milhões de habitantes do nosso país. Ao traçar os planos, ao realizar os trabalhos e ao meditar nos

problemas, devemos ter sempre em mente que o nosso país tem uma população de 600 milhões de habitantes. Seja em qual for o caso, não devemos jamais perder isto de vista. Por que é que levantamos nós esta questão? Existirão ainda pessoas que não saibam que o nosso país tem 600 milhões de habitantes? Claro que todo o mundo o sabe; mas, na prática, alguns esquecem-se deste facto e procedem como se pensassem que tanto melhor será quanto menos gente houver e quanto mais reduzida for a esfera da sua actividade. Os que são pela «esfera reduzida» resistem à ideia de pôr em jogo todos os factores positivos, agrupar todas as pessoas susceptíveis de serem agrupadas, e, na medida do possível, transformar os factores negativos em factores positivos e pô-los ao serviço da grande causa da edificação da sociedade socialista. Espero que essas pessoas alargarão os seus horizontes, reconhecerão verdadeiramente que o nosso país tem uma população de 600 milhões de habitantes, que isso é um facto objectivo e constitui para nós uma vantagem capital. A nossa população é numerosa; isto é um bem, mas, naturalmente, tem igualmente as suas dificuldades. A nossa obra de edificação nacional desenvolve-se vigorosamente em todos os domínios: obtivemos grandes sucessos, mas, actualmente, no período

de transição — rico de grandes transformações sociais — deparamo-nos ainda com muitos problemas complexos. A existência simultânea de progressos e dificuldades — eis aqui precisamente uma contradição. Ora todas as contradições devem e podem ser completamente resolvidas. A nossa orientação é a planificação geral, a consideração do conjunto e disposições apropriadas. Em todas as nossas questões, quer se trate de cereais, de calamidades naturais, do emprego, da educação, dos intelectuais, da frente unida de todas as forças patrióticas, do problema das minorias nacionais ou de qualquer outra coisa, devemos partir sempre do princípio da planificação geral e da consideração do conjunto para todo o povo; devemos tomar as medidas adequadas à luz das possibilidades concretas em cada momento e lugar, uma vez consultados os interessados. Em nenhum caso devemos voltar as costas ao trabalho, nem andar com rodeios, argumentando que há pessoas a mais, que estas estão muito atrasadas e que o trabalho é de realização pesada e difícil. Significa isso que o Governo tomará a seu exclusivo cargo todas as pessoas e todas as questões? Seguramente que não. As organizações sociais e as próprias massas podem elaborar e aplicar medidas destinadas a resolver muitas questões que afectam tanto

coisas como pessoas. Elas são perfeitamente capazes de encontrar muitas soluções excelentes. Isto faz também parte do princípio da planificação geral, da consideração do conjunto e das disposições apropriadas. Nós devemos imprimir esta orientação às organizações sociais e às massas de todas as regiões do país.

VIII. "QUE CEM FLORES SE ABRAM", "QUE CEM ESCOLAS RIVALIZEM" E "COEXISTÊNCIA DURADOURA E MÚTUO CONTROLE"

Como é que foram formuladas as palavras de ordem «Que cem flores se abram», «Que cem escolas rivalizem» e «Coexistência duradoura e mútuo controle»? Elas foram formuladas à luz das condições específicas da China, na base do reconhecimento da existência de várias espécies de contradições ainda existentes numa sociedade socialista, e na base das exigências prementes do Estado, que carece dum rápido desenvolvimento tanto económico como cultural. A política de «Que cem flores se abram» e «Que cem escolas rivalizem» é a política para estimular o progresso da arte e da ciência e o florescimento da cultura socialista no nosso país. Na arte, podem desenvolver-se livremente

distintas formas e estilos; na ciência, diferentes escolas podem rivalizar livremente. Julgamos que a imposição, por medidas administrativas, de um só estilo e de uma só escola, e a proibição de outros estilos ou escolas, dificultam o progresso da arte e da ciência. O problema da verdade e do erro na arte e na ciência deve resolver-se pela livre discussão nos meios artísticos e científicos e durante a prática da arte e da ciência. Esse problema não deve ser resolvido por métodos simplistas. A determinação da verdade e do erro exige muitas vezes um período de tempo de prova. A História ensina que muitas vezes o que é novo e justo não é nos primeiros momentos admitido pela maioria dos homens e não pode desenvolver-se a não ser na luta e através de caminhos sinuosos. As pessoas não consideram muitas vezes, nos primeiros momentos, o justo e o bom como flores fragrantes, mas, pelo contrário, como ervas venenosas. A teoria de Copérnico [6] sobre o sistema solar e a teoria da evolução de Darwin [7] foram consideradas erradas a quando do seu aparecimento e só se impuseram através duma árdua luta. A história da China oferece numerosos exemplos análogos. Na sociedade socialista, as condições de desenvolvimento das coisas novas são radicalmente diferentes das condições da sociedade

antiga e são-lhes muito superiores. Não obstante, sucede com frequência que as forças nascentes são freiadas e as iniciativas razoáveis impedidas. O crescimento das coisas novas pode também ser freiado não pela vontade deliberada de o fazer, mas sim por falta dum claro discernimento a seu respeito. Eis pois porque na questão da verdade e do erro nas artes e nas ciências é necessário adoptar-se uma atitude prudente, encorajar a livre discussão e não tirar conclusões prematuras. Cremos que esta última atitude facilitará o desenvolvimento da arte e da ciência.

O Marxismo desenvolveu-se também através da luta. Ao princípio, ele foi alvo de todas as espécies de ataque e considerado como uma erva venenosa. Ainda actualmente, ele continua a ser objecto de ataques e considerado como uma erva venenosa em numerosos lugares do mundo. Todavia, nos países socialistas, o Marxismo ocupa uma posição bem diferente. Mas até mesmo nos países socialistas existem ainda opiniões não-marxistas e também opiniões anti-marxistas. Na China, embora no essencial se tenha concluído a transformação socialista no que respeita ao sistema de propriedade, e tenham cessado as lutas de classe tempestuosas e em grande escala realizadas pelas massas e características dos períodos

revolucionários anteriores, subsistem ainda resíduos das classes derrubadas, dos senhores de terras e dos compradores; subsiste ainda uma burguesia, e a transformação da pequena burguesia apenas começou. De modo nenhum terminou a luta de classes. A luta de classes entre o proletariado e a burguesia, e a luta de classes entre as diferentes forças políticas, bem como a luta de classes no plano ideológico, entre o proletariado e a burguesia, serão ainda prolongadas e sinuosas e, por vezes, tornar-se-ão inclusivamente muito encarniçadas. O proletariado procura transformar o mundo segundo a concepção que do mundo tem, o mesmo se passando com a burguesia. A esse respeito, a questão de saber quem vencerá, se o socialismo ou o capitalismo, não está ainda realmente decidida. Os marxistas constituem até ao presente uma minoria tanto no conjunto da população como no seio dos intelectuais. Assim, como no passado, o Marxismo deve desenvolver-se por intermédio da luta. O Marxismo não pode desenvolver-se senão através da luta: isto é certo não só para o passado e o presente, como também e necessariamente para o futuro. O que é justo desenvolve-se sempre num processo de luta contra o que o não é. A verdade, o bom e o belo existem sempre em relação ao erro, ao mau e ao feio e desenvolvem-se

na luta contra estes. Logo que uma ideia errada é rejeitada pela Humanidade e substituída por uma verdadeira, uma nova verdade entra em luta contra novas ideias erradas. Esta luta jamais terminará; tal é a lei do desenvolvimento da verdade e, certamente também, a lei do desenvolvimento do Marxismo.

É ainda necessário um longo espaço de tempo para se decidir o resultado da luta ideológica travada no nosso país entre o socialismo e o capitalismo, visto que a influência da burguesia e dos intelectuais que provêm da velha sociedade persistirá ainda na China durante muito tempo como ideologia de classe. Se não se compreende bem esta situação, ou se não se compreende em absoluto, corre-se o risco de cometer o mais grave dos erros, o de ignorar a necessidade de conduzir a luta no plano ideológico. A luta ideológica difere das restantes formas de luta: ela não consente a aplicação de métodos brutais e coercivos, mas somente o método da explicação minuciosa da verdade. O socialismo dispõe hoje de condições favoráveis na luta ideológica. A força principal do poder do Estado encontra-se nas mãos dos trabalhadores, dirigidos pelo proletariado. O Partido Comunista é forte e o seu prestígio é muito grande. Embora existam deficiências e erros no nosso trabalho, qualquer indivíduo

imparcial pode ver que somos leais ao povo, que estamos plenamente decididos a edificar a nossa pátria conjuntamente com o povo e que somos capazes de o fazer, que já obtivemos grandes êxitos e obteremos outros maiores ainda. A grande maioria dos elementos burgueses e dos intelectuais originários da velha sociedade são patriotas; estes elementos estão dispostos a servir a sua florescente pátria socialista e sabem que se se apartarem da causa do socialismo e do povo trabalhador dirigido pelo Partido Comunista, não terão mais em quem apoiar-se e nenhum futuro brilhante se lhes deparará no horizonte.

Perguntar-se-á: pode o Marxismo ser criticado, uma vez que a maioria das pessoas do nosso país o reconheceu já como ideologia directora? Com certeza. O Marxismo, como verdade científica que é, não teme a crítica. Se o Marxismo temesse a crítica e pudesse ser derrotado por argumentos, então ele não teria valor algum. Na realidade, não é o Marxismo criticado diariamente e de todas as maneiras possíveis pelos idealistas? Não é verdade que as pessoas que se atêm aos pontos de vista burgueses e pequeno-burgueses, e que não desejam modificar-se, criticam de todas as maneiras possíveis o Marxismo? Os marxistas não devem temer a crítica, venha ela de

onde vier. Pelo contrário, devem temperar-se, aperfeiçoar-se e ganhar novas posições no fogo da crítica e na tormenta da luta. Lutar contra as ideias erradas é de certo modo vacinar-se; o organismo humano fortalece a sua imunidade uma vez que a vacina faça efeito. As plantas de estufa não podem ser robustas. A política de «Que cem flores se abram» e «Que cem escolas rivalizem» não enfraquecerá a posição directora do Marxismo no plano ideológico, e, antes pelo contrário, a reforçará.

Qual deverá ser a nossa política em relação às ideias não-marxistas? Em relação aos contra-revolucionários conhecidos e aos elementos que sabotam a causa socialista, a questão é fácil: priva-se-lhes simplesmente da liberdade de palavra. Mas o assunto apresenta-se de maneira bem diferente quando se trata de pontos de vista errados existentes no seio do povo. Pode-se banir tais pontos de vista e não se lhes dar oportunidade de se manifestarem? Naturalmente que não. A aplicação de métodos simplistas para resolver problemas ideológicos no seio do povo e problemas relativos à vida espiritual do homem, não só é ineficaz como é também extremamente perniciosa. Pode-se proibir a expressão de ideias erradas, mas as ideias ficarão sempre. Por outro lado, se as ideias correctas forem cul-

tivadas em estufas, e não forem expostas aos ventos e às chuvas e não forem imunizadas, elas não poderão triunfar logo que se defrontarem com as ideias erradas. Por isso, só a discussão, a crítica e a argumentação nos permitem, na realidade, desenvolver as concepções justas, eliminar as concepções erradas e resolver os problemas.

Fatalmente, a burguesia e a pequena burguesia hão-de manifestar a sua ideologia. Inevitavelmente elas obstinar-se-ão em afirmar-se, por todos os meios, no domínio político e ideológico. Não se deve esperar que actuem doutro modo. Não devemos usar o método da repressão para impedi-las de manifastar-se; pelo contrário, devemos dar-lhes essa possibilidade e, ao mesmo tempo, argumentar e criticá-las apropriadamente. Não há dúvida que temos de criticar todos os tipos de ideias erradas. Claro que é inadmissível renunciar à crítica, ficar indiferente enquanto as ideias erradas se propagam por toda a parte, permitir-se-lhes que dominem a situação. Os erros devem ser criticados e as ervas venenosas arrancadas onde quer que cresçam. Contudo, tal crítica não deve ser dogmática, há que não usar o método metafísico mas sim fazer esforços por aplicar o método dialéctico. O que se necessita é uma análise científica e argumentação convincente. A crítica dogmática nada resolve. Não queremos nenhuma espécie de ervas daninhas, contudo, devemos distinguir cuidadosamente o que é na verdade erva venenosa e o que é uma autêntica flor fragrante. Devemos aprender, com as massas populares, a estabelecer esta cuidadosa distinção e usar métodos correctos para combater as ervas venenosas.

Paralelamente à crítica ao dogmatismo, devemos atender à crítica ao revisionismo. O revisionismo ou oportunismo de direita é uma corrente burguesa de pensamento ainda mais perigosa do que o dogmatismo. Os revisionistas, os oportunistas de direita, defendem de boca o Marxismo e atacam também o «dogmatismo». Na realidade, porém, o que eles atacam é a própria essência do Marxismo. Eles combatem ou deturpam o materialismo e a dialéctica, combatem ou tentam enfraquecer a ditadura democrática popular e o papel dirigente do Partido Comunista, tanto como combatem ou tentam enfraquecer a transformação e a construção socialistas. Mesmo depois da vitória de base da revolução socialista no nosso país, ainda existem pessoas que sonham em restaurar o sistema capitalista, e combatem a classe operária em todas as frentes, incluída a frente ideológica. Nessa luta, os revisionistas são os seus melhores ajudantes.

Aparentemente, as duas palavras de ordem «Que cem flores se abram» e «Que cem escolas rivalizem» não têm carácter de classe: elas podem ser utilizadas pelo proletariado, assim como pela burguesia e outras gentes. Mas cada classe, cada camada social e cada grupo social tem a sua própria noção acerca das chamadas flores fragrantes e das ervas venenosas. Ora então pergunta-se: do ponto de vista das grandes massas populares, quais são presentemente os critérios para distinguir as flores fragrantes das ervas venenosas? Como determinar, na vida política do nosso povo, se as nossas palavras e actos são ou não correctos? Nós pensamos que na base dos princípios da nossa Constituição, da vontade da esmagadora maioria do nosso povo e das posições políticas comuns proclamadas em várias ocasiões pelos nossos partidos e grupos políticos, é possível formular, em termos gerais, o critério seguinte: (1) As palavras e os actos devem favorecer a unidade e não a divisão dos povos das nossas distintas nacionalidades. (2) Devem beneficiar e não prejudicar a transformação e construção socialistas. (3) Devem ajudar a consolidar e não a minar ou enfraquecer a ditadura democrática popular. (4) Devem ajudar a consolidar e não a minar ou enfraquecer o centralismo democrático. (5) Devem ajudar a reforçar e não

a rejeitar ou enfraquecer a direcção do Partido Comunista. (6) Devem favorecer e não prejudicar a unidade socialista internacional e a unidade internacional entre os povos amantes da paz no mundo inteiro. Dentre esses seis critérios, os mais importantes são o da via socialista e o do papel dirigente do Partido. Esses critérios são traçados com o fim de desenvolver e não de entravar a livre discussão dos diversos problemas existentes no seio do povo. Aqueles que os não aprovam, podem desde logo formular os seus próprios pontos de vista e os argumentos respectivos. Contudo, logo que a maioria das pessoas tiver critérios bem definidos, a crítica e a auto-crítica poderão ser conduzidas por vias justas e poder-se-á, pela aplicação desses critérios, determinar a justeza das palavras e dos actos das pessoas, para saber se se trata de flores fragrantes ou se de ervas venenosas. Os critérios referidos são critérios políticos. Claro está pois que para a determinação da justeza das teorias científicas ou do valor artístico das obras de arte, é necessário utilizar outros critérios específicos. Porém, os seis critérios políticos já mencionados são aplicáveis a toda a actividade científica e artística. Num país socialista como o nosso, poderá existir alguma actividade científica ou

artística útil que vá de encontro a esses critérios políticos?

Todos os pontos de vista expostos têm por base as condições históricas concretas da China. As condições variam nos diferentes países socialistas e com os diferentes partidos comunistas; por esta razão, não pensamos de maneira nenhuma que esses partidos devam, ou, muito menos ainda, tenham necessidade de aplicar os métodos chineses.

A palavra de ordem «Coexistência duradoura e mútuo controle» é também um produto das condições históricas concretas do nosso país. Ela não foi avançada repentinamente, mas sim amadurecida ao longo de vários anos. A ideia da coexistência duradoura é antiga entre nós; mas foi no ano passado, ano em que o regime socialista foi fundamentalmente instaurado, que essa palavra de ordem foi formulada em termos específicos. Por que razão se torna então necessário admitir a coexistência prolongada dos partidos democráticos da burguesia e da pequena-burguesia com o partido político da classe operária? Porque não temos motivos para não aplicar a política da coexistência duradoura em relação a todos os partidos sinceramente dedicados à tarefa de unir o povo à causa do socialismo e que gozam da confiança do povo. Eu já

dizia, em Junho de 1950, na Segunda Sessão da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês: «Se alguém serve o povo com verdadeira sinceridade, se ajudou realmente o povo num período difícil para este, realizou obras positivas e se mantém consequente no futuro, sem recuar a meio do caminho, nem o povo nem o Governo Popular têm motivos para rejeitá-lo ou negar-lhe a possibilidade de existir e de servir o povo.» O que aqui acabo de expor, constitui precisamente a base política da coexistência duradoura dos diferentes partidos. O desejo do Partido Comunista, e também a sua orientação política, é a coexistência duradoura com os demais partidos democráticos. A existência prolongada desses partidos não depende exclusivamente dos desejos do Partido Comunista; ela depende igualmente da sua maneira de actuar e do grau de confiança de que gozam junto das massas populares. Existe desde há muito tempo o mútuo controle entre os partidos políticos, no sentido de crítica e conselhos recíprocos. O mútuo controle não é, evidentemente, um controle unilateral; assim, o Partido Comunista pode controlar os partidos democráticos e estes podem também exercer o mesmo direito em relação ao Partido Comunista. Por que razão pois admitir que os partidos democráticos controlem o Partido

Comunista? Porque um partido, tal qual um indivíduo, tem grande necessidade de escutar as opiniões diferentes das suas. Nós todos sabemos que o controle exercido sobre o Partido Comunista é essencialmente feito pelas massas trabalhadoras e pelos militantes do Partido. Porém, será para nós mais proveitoso ainda se os partidos democráticos participarem também nesse controle. É de toda a evidência que os conselhos e as críticas trocadas entre os partidos democráticos, por um lado, e o Partido Comunista, por outro, só desempenharão um papel positivo no domínio do controle mútuo se se conformarem com os seis critérios políticos expostos mais atrás. Eis porque nós esperamos que os outros partidos democráticos dispensarão a necessária atenção à reeducação ideológica e se esforçarão por chegar a uma coexistência duradoura e ao controle mútuo com o Partido Comunista, para que possam assim corresponder às exigências da nova sociedade.

IX. A QUESTÃO DAS DESORDENS CRIADAS POR UM PEQUENO NÚMERO DE PESSOAS

Em 1956, um pequeno número de operários e estudantes entrou em greve em determinadas localidades do país. A causa imediata de tais

desordens foi o facto de não terem sido satisfeitas algumas reivindicações materiais. Certas dessas reivindicações deviam e podiam ter sido satisfeitas; outras, inoportunas e exageradas, não o podiam ser no momento. Mas o factor mais importante das desordens foi o burocratismo dos que ocupam as posições de chefia. A responsabilidade de certas faltas ocasionadas pelo burocratismo deve ser, em alguns casos, imputada aos órgãos superiores; não devemos fazer recair toda a responsabilidade sobre os organismos dos escalões inferiores. Outra das causas reside na insuficiência da educação ideológica e política ministrada aos operários e aos estudantes. No mesmo ano, os membros de um reduzido número de cooperativas agrícolas criaram também distúrbios cujas causas principais foram ainda o burocratismo da parte dos dirigentes e a educação insuficiente das massas.

É preciso reconhecer que uma certa fracção das massas tem, muitas vezes, a tendência de concentrar a sua atenção nos interesses imediatos, parciais e individuais, e não compreende, ou não compreende devidamente, os interesses a longo termo, nacionais e colectivos. Uma boa parte da juventude, por carência de experiência política e de convivência social, não sabe comparar a velha China com a nova,

não lhe é fácil compreender a fundo quão dura e difícil foi a luta do nosso povo para se libertar do jugo do imperialismo e dos reaccionários do Kuomintang, bem como o trabalho tenaz que é necessário realizar, de maneira afincada, durante um largo espaço de tempo, para edificar uma bela sociedade socialista. Por esta razão, devemos empreender, ininterruptamente, uma educação política viva e realista no seio das massas, educação que deverá comportar o esclarecimento constante da verdade acerca das dificuldades e a discussão com as massas acerca da maneira de resolver as mesmas dificuldades.

Não aprovamos os distúrbios, porque as contradições existentes no seio do povo podem ser resolvidas de acordo com a fórmula «unidade-crítica-unidade», enquanto que os distúrbios causam inevitavelmente prejuízos e são perniciosos para o progresso do socialismo. Estamos seguros de que as grandes massas populares do nosso país são pelo socialismo e que, por isso, são altamente disciplinadas e sensatas e não se entregam jamais a desordens sem que tenham motivos para isso. Porém, isso não quer significar que está excluída a possibilidade de haver desordens no nosso país provocadas pelas massas. Em relação a esta questão, impõe-se-nos conceder atenção ao seguinte: 1.º-Para eliminar radicalmente as causas do surgimento de desordens, devemos extirpar resolutamente o burocratismo, intensificar consideravelmente a educação ideológica e política e resolver de maneira adequada todas as contradições. Dum modo geral, a simples satisfação dessas condições elimina a possibilidade do aparecimento de desordens; 2.º-No caso de surgirem desordens devido a defeitos verificados no nosso trabalho, é preciso conduzir ao bom caminho as massas que nelas participarem, bem como utilizar as mesmas desordens como um meio particular para melhorar o nosso trabalho, educar os quadros e as massas e resolver as questões que o não tivessem sido antes. Na resolução dos problemas que suscitaram os distúrbios, é necessário efectuar um trabalho minucioso, não empregar métodos simplistas, nem «se precipitar em fazer soar o toque de retirada antes de ter vencido totalmente o adversário». Os provocadores de desordens não devem ser eliminados antes de madura reflexão, exceptuando os que tenham transgredido o Código Penal e os contra-revolucionários activos, os quais devem ser tratados todos de conformidade com a lei. Num país grande como o nosso, não há lugar para alarmes por causa de desordens provocadas por um pequeno número de pes-

soas; antes pelo contrário, devemos aproveitar essas desordens para nos ajudarem a desembaraçar do burocratismo.

Na nossa sociedade, existe igualmente um pequeno número de pessoas que não pensam no interesse público, recusam-se a ouvir a voz da razão e cometem crimes e violam as leis. Acontece essas pessoas utilizarem e desnaturarem a nossa política, apresentando deliberadamente exigências infundadas, a fim de excitar as massas, ou, com intenções pré-concebidas, difundirem rumores para semear a confusão e alterar a ordem pública. Não aprovamos de maneira nenhuma a tolerância para com pessoas dessa natureza; contrariamente, há que adoptar contra elas todas as medidas de repressão previstas na lei. As grandes massas exigem a sua punição; não o fazer é agir contra a sua vontade.

X. PODE UMA COISA MÁ TRANSFORMAR-SE NUMA COISA BOA?

Como eu já o disse, as desordens provocadas na nossa sociedade por pequenos grupos de pessoas são uma coisa má e nós não as aprovamos. No entanto, a verificação de tais incidentes pode servir para nos levar a

extrair as lições que elas comportam, a eliminar o burocratismo e a educar os quadros e as massas. Neste aspecto, uma coisa má pode transforma-se numa coisa boa. As desordens têm um cáracter duplo. Todas as espécies de desordens podem ser encaradas deste ângulo.

Está claro para todo o mundo que os acontecimentos da Hungria não foram uma coisa boa. Porém, eles também possuem um duplo carácter. Dado que os nossos camaradas húngaros tomaram medidas apropriadas no decurso dos acontecimentos, estes transformaram-se de uma má coisa numa coisa boa. O Estado Húngaro tornou-se mais forte do que antes e os outros países do campo socialista tiraram igualmente uma lição dos acontecimentos.

A campanha anti-comunista e anti-popular desencadeada em escala mundial, na segunda metade do ano de 1956, foi também uma coisa má. Porém, ela serviu de lição aos partidos comunistas e à classe operária de diferentes países, pois que, tendo-os temperado, transformou-se numa coisa boa. Em numerosos países, uma parte dos membros dos partidos comunistas desertou durante essa campanha. O abandono do partido por parte dos seus membros produz uma redução que é, evidentemente, uma coisa má; mas nisso reside tam-

bém um lado bom. Os elementos vacilantes não quiseram permanecer nas fileiras do partido e desertaram, ao passo que a maioria dos membros, firmes na sua convicção, uniram-se de maneira ainda mais sólida para a luta. Não será isso uma coisa boa?

Em resumo: nós devemos aprender a examinar as coisas sob todos os aspectos, a ver não só o seu lado negativo como o seu lado positivo também. Em condições determinadas, qualquer coisa má pode conduzir a bons resultados e, por outro lado, qualquer coisa boa conduzir a maus resultados. Há mais de dois mil anos, dizia Lao Tse: «É na desgraça que vive a felicidade e é na felicidade que se esconde a desgraça.»[8] Os japoneses qualificaram de vitória a invasão da China pelo exército japonês. Os chineses chamaram derrota a ocupação de vastas áreas territoriais pelo agressor. No entanto, na derrota da China vivia o germe da vitória e a vitória do Japão escondia a derrota. Não foi isso que a História confirmou?

Em todos os países do mundo, as pessoas discutem actualmente sobre a eventualidade do desencadeamento de uma terceira guerra mundial. A propósito desta questão, nós devemos estar psicologicamente preparados e devemos abordar as coisas dum ponto de vista ana-

lítico. Nós somos resolutamente pela paz e contra a guerra. Não obstante, se os imperialistas insistem em desencadear a guerra, nós não a devemos temer. A nossa atitude perante esta questão é a mesma a adoptar perante qualquer «desordem»: em primeiro lugar, nós somos contra; em segundo lugar, não a tememos. A Primeira Guerra Mundial foi seguida do nascimento da União Soviética, com 200 milhões de habitantes; a Segunda Guerra Mundial foi seguida da formação do campo socialista, que abarca uma população de 900 milhões. Se os imperialistas insistirem, apesar de tudo, em desencadear uma terceira guerra mundial, é certo que mais outras centenas de milhões de homens passarão para o lado do socialismo; restará então pouco terreno para os imperialistas, e a ruína total do sistema imperialista será igualmente possível.

Em determinadas condições, cada um dos aspectos opostos de uma contradição transforma-se inevitavelmente no seu contrário respectivo, em resultado da luta entre si. Neste caso, as condições são importantes. Sem essas condições determinadas, nenhum dos aspectos opostos poderá transformar-se no seu contrário respectivo. De todas as classes do mundo, é o proletariado que mais deseja transformar a sua situação; segue-se-lhe o semi-proleta-

riado. Isto porque o primeiro nada tem e o segundo quase nada tem. A situação actual de dominação da maioria dos votos da O.N.U. e do controle de numerosas regiões do mundo exercida pelos Estados Unidos, é uma situação transitória. Virá necessariamente o dia em que esta situação se transformará. A situação da China como um país pobre cujos direitos são rejeitados na arena internacional, também se transformará: o país pobre transformar-se-á em país rico, a ausência de direitos transformar-se-á na plenitude de direitos, isto é, produzir-se-á a transformação das coisas nos seus contrários. Neste caso, as condições que desempenham um papel decisivo são o regime socialista e os esforços conjugados de todo um povo unido.

XI. A PRÁTICA DE ECONOMIAS

Quero aqui ocupar-me brevemente da prática de economias. Nós queremos empreender uma obra de edificação de grande envergadura, mas o nosso país é ainda muito pobre. Nisto reside uma contradição. Uma das maneiras de a resolver, consiste no emprego de esforços intensivos na aplicação dum regime de economias que interesse a todos os domínios.

Durante o movimento contra os «três abusos», efectuado em 1952, combatemos a corrupção, o esbanjamento e o burocratismo, tendo sido os esforços dispendidos centrados essencialmente sobre a corrupção. Em 1955, advogámos a prática dum regime de economias; a nossa maior atenção incidiu sobre a luta contra as normas excessivas nas construções de base de carácter improdutivo e sobre a economia de matérias primas na produção industrial. Os nossos sucessos foram notáveis neste domínio. No entanto, a política de fazer economias não era ainda nessa altura aplicada conscienciosamente em todos os ramos da economia nacional, nem, de uma maneira geral, nas administrações, nas unidades do exército, nos estabelecimentos de ensino, nem nas organizações de massas. Este ano, há que estimular a prática de economias e lutar contra o esbanjamento em todos os aspectos da vida do país. Ainda não possuímos uma experiência suficiente no domínio da edificação. Durante os últimos anos, paralelamente a grandes sucessos, houve também esbanjamentos. Nós devemos construir progressivamente um certo número de empresas modernas de grandes dimensões, como ossatura das nossas indústrias; sem elas não seremos capazes de transformar o nosso país, no decurso de algu-

mas décadas, numa moderna potência industrial. Mas a maioria das nossas empresas não deve ser construída dessa maneira; há que criar mais empresas médias e pequenas, aproveitar ao máximo a base industrial herdada da velha sociedade e tratar, por todos os meios, de realizar economias, a fim de se fazer mais com a menor quantidade de recursos. Depois de o Comité Central do Partido Comunista ter sublinhado ainda com mais ênfase, na sua Segunda Sessão Plenária, de Novembro de 1956, a questão da realização dum regime de estrita economia e de luta contra o esbanjamento, esta política começou já a dar os seus frutos, no decurso de tão poucos meses. O actual movimento para a observação do regime de economias deve ser consequente e duradouro. A luta contra o esbanjamento, assim como a crítica de outras dificiências e erros, pode ser comparada com o acto de lavar a cara. Não lavam as pessoas a cara todos os dias? O Partido Comunista, os outros partidos democratas, os democratas sem partido, os intelectuais, industriais e comerciantes, os operários, camponeses e artesãos, numa palavra, todos nós — os seiscentos milhões de habitantes da China — devemos aumentar a produção, fazer economias e lutar contra as superfluidades e o esbanjamento. Isto é duma importância

primordial não somente sob o ponto de vista económico, como ainda também sob o ponto de vista político. Entre muitos dos nossos funcionários do Estado, manifesta-se actualmente uma perigosa tendência, que se traduz na sua falta de desejo de compartilhar com as massas as alegrias e as penas, e na sua aspiração a posições destacadas e a benefícios individuais. Isto é muito mau. No decorrer da campanha para o aumento da produção e para a realização de economias, exigimos a redução do pessoal das nossas organizações: muitos quadros devem ser transferidos para os organismos de escalão inferior e um grande número deve voltar para a produção. Este é um dos métodos para vencer essas tendências perigosas. É mister lembrar incessantemente a todos os quadros e a todo o povo que, apesar de a China ser um grande país socialista, ela é, ao mesmo tempo, um país pobre e economicamente atrasado e que nisso reside uma enorme contradição. Se queremos ver uma China rica e poderosa, devemo-nos preparar para algumas décadas de trabalhos intensivos, os quais incluem, entre outros, a aplicação duma política de edificar o nosso país através dum trabalho assíduo e pleno de abnegação, isto é, através da prática dum regime rigoroso de economias e de luta contra o esbanjamento.

XII. A VIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DA CHINA

Ao examinar a questão da nossa via de industrialização, deter-me-ei aqui sobretudo na correlação entre o crescimento das indústrias pesada e ligeira e o da agricultura. A indústria pesada é o centro da edificação económica do nosso país e isso nós devemos afirmá-lo insistentemente. Porém, é necessário conceder ao mesmo tempo uma total atenção ao desenvolvimento da agricultura e da indústria ligeira.

Sendo a China um grande país agrícola cuja população rural atinge mais de 80% da população global, o desenvolvimento da indústria e da agricultura devem efectuar-se simultaneamente. É somente assim que a indústria poderá dispor de matérias primas e de mercado e é só assim que será possível a acumulação de fundos relativamente grandes para a criação duma poderosa indústria pesada. Todos sabem que a indústria ligeira e a agricultura estão estreitamente ligadas entre si. Sem agricultura não pode haver indústria ligeira. Mas muitas pessoas não compreendem ainda que a agricultura constitui um mercado importante para a indústria pesada. Isto será no entanto compreendido mais facilmente logo que, com o avanço gradual da técnica agrícola e a modernização constante da agricultura; esta venha a exigir, num ritmo crescente, máquinas, adubos, obras hidráulicas, energia eléctrica e meios de transporte, assim como carburantes e materiais de construção para a população rural. Se, nos períodos do Segundo e do Terceiro Plano Quinquenal a nossa agricultura se desenvolver mais ainda, provocando deste modo um desenvolvimento paralelo da indústria ligeira, toda a nossa economia nacional beneficiará grandemente com isso. Com o desenvolvimento da agricultura e da indústria ligeira, a indústria pesada assegura os seus mercados e os seus fundos e desenvolve-se mais rapidamente. À primeira vista, parece que o ritmo da industrialização decai um tanto; contudo, isto não é verdade e pode mesmo acontecer que ela aumente de ritmo. Em três planos quinquenais, ou talvez um pouco mais, a produção anual de aço do nosso país pode mesmo passar de 900.000 e tal toneladas — produção anual máxima antes da libertação, registada em 1943 — para 20 milhões de toneladas ou mais, resultado que poderá satisfazer tanto a população urbana como a população rural.

Não é minha intenção falar hoje demoradamente sobre as questões económicas. Com apenas sete anos consagrados à edificação económica, a nossa experiência não é ainda

suficiente e precisamos, obviamente, de adquirir ainda muito mais experiência. Para fazer a revolução, faltava-nos também a experiência logo no início. Foi somente depois de sofrer um certo número de reveses que a adquirimos e, então, foi quando alcançámos a vitória nacional. Agora, nós devemos proceder de modo a que o período necessário para adquirir a experiência da edificação económica seja menos longo do que o período de que tivemos necessidade para ganhar a experiência da revolução, e, ao mesmo tempo, fazer com que essa experiência seja também menos custosa. De todas as maneiras, teremos que pagar algum preço por essa experiência; mas desejaríamos que esse preço não fosse tão elevado como o foi no período da revolução. É necessário compreendermos que esta questão envolve uma contradição, a existente entre as leis objectivas do desenvolvimento económico da sociedade socialista e os nossos conhecimentos subjectivos, contradição que precisa de ser resolvida na prática. Esta contradição manifesta-se também como uma contradição entre pessoas, isto é, entre as que compreendem com relativa precisão as leis objectivas e as que compreendem as mesmas leis de maneira relativamente imprecisa: por isso, ela é uma contradição existente no seio do povo.

Todas as contradições são uma realidade objectiva, e a nossa tarefa é expressá-las e resolvê-las da forma mais correcta possível.

Para transformar a China num país industrial, devemos estudar seriamente a experiência de vanguarda da União Soviética. A União Soviética edifica o socialismo há quarenta anos e a sua experiência é bastante valiosa para nós. Vejamos quem projectou e equipou para nós tantas fábricas importantes: os Estados Unidos? A Inglaterra? Não, nenhum deles. Somente a União Soviética o fez, porque ela é um país socialista e é nosso aliado. Além da União Soviética, alguns países irmãos da Europa Oriental dispensaram-nos igualmente o seu auxílio. É incontestável que nós devemos estudar a experiência positiva de todos os países, socialistas e capitalistas, e não há nenhum argumento contra isto. Mas o essencial é, mesmo assim, aprender com a União Soviética. Há duas atitudes a adoptar para aprender algo dos outros. Uma é dogmática e consiste na cópia indiscriminada de tudo, do que convém e do que não convém às condições do nosso país. Esta não é uma boa atitude. A outra, é a que consiste em fazer trabalhar o cérebro e aprender tudo o que corresponde às condições do nosso país, isto

é, assimilar a experiência que nos possa ser útil. Esta é a atitude que nós devemos adoptar.

É no fortalecimento da nossa solidariedade com a União Soviética e com todos os países socialistas que reside a nossa política fundamental e os nossos interesses essenciais. Devemos também consolidar e alargar a nossa solidariedade com os países da Ásia e da África, bem como com todos os países e povos amantes da paz. Unidos a estas duas forças, já não estaremos sós. Relativamente aos países imperialistas, devemos também unir-nos aos seus povos, esforçar-nos por conseguir a coexistência pacífica com esses países, negociar com eles e conjurar todas as possibilidades de guerra. Porém, em relação a estes países não devemos, em nenhuma circunstância, nutrir pontos de vista que não correspondam à realidade.

NOTAS

[1] Os acontecimentos da Hungria: Trata-se da insurreição contra-revolucionária que eclodiu na Hungria em Outubro de 1956. Nos últimos dez dias de Outubro desse ano, o imperialismo tramou uma revolta reaccionária na Hungria, um dos países socialistas da Europa Oriental, massacrando tanto o povo revolucionário como os comunistas. Os insurectos ocuparam durante um certo tempo Budapeste, capital desse país. Os imperialistas nutriam a vã esperança de abrir através da Hungria uma brecha no conjunto do campo socialista, a fim de fazer desmoronar um após outro os países socialistas. No dia 4 de Novembro desse ano, o povo húngaro, que restabeleceu o governo revolucionário dos operários e camponeses, beneficiando da ajuda do Exército Vermelho da União Soviética e da simpatia e do apoio dos diversos países socialistas e das forças progressistas do mundo, destruiu a maquinação de restauração contra-revolucionária.

[2] O juro fixo é uma das criações da política de remissão aplicada pelo Estado aos meios produtivos da burguesia nacional no processo da transformação socialista. Em 1956, as empresas industriais e comerciais capitalistas foram, no seu conjunto, transformadas em empresas mistas, com capital estatal e privado. Segundo os haveres dos capitalistas, o Estado paga-lhes anualmente, num período dado, um juro de acções

com interesse fixo, o qual se chama «juro fixo». O «juro fixo» manifesta ainda um carácter de exploração.

[3] Em 1957, de acordo com proposta do camarada Mao Tsé-tung, o Governo Central e os governos locais de diversos escalões verificaram de uma maneira completa o trabalho da liquidação dos contra-revolucionários. A verificação comprovou que tinham sido obtidos grandes êxitos na eliminação da contra-revolução; a maioria esmagadora das sentenças foi tratada correctamente nesse processo, exceptuando alguns erros, que foram corrigidos tão logo foram descobertos. No Verão de 1957, os elementos direitistas da burguesia aproveitaram essa ocasião da verificação do trabalho da liquidação dos reaccionários para levantar problemas com a intenção de negar os sucessos desse trabalho e atacar a política do Partido a tal respeito. O desígnio conspirativo não vingou devido à oposição do povo inteiro.

[4] A cooperativa dirigida por Vam Cuo-fan era uma cooperativa agrícola mista, dedicada à silvicultura e à pecuária. Era designada por «Quienmim» e situava-se na aldeia Sicechilipu, distrito de Tsuen-hua, província de Hopei. Essa cooperativa chefiada por Vam Cuo-fan celebrizou-se pela sua «laboriosidade e espírito de economia na edificação das cooperativas». Em Setembro de 1958, a cooperativa transformou-se na comuna popular de «Quienmim». Vam Cuo-fan foi então nomeado director da comuna.

[5] As reformas democráticas no Tibete foram realizadas com antecipação. Em coligação com os imperialistas e os intervencionistas estrangeiros, os elementos reaccionários do governo local e das camadas superiores do Tibete desencadearam, em 19 de Março de 1959, uma insurreição armada completa, conspirada e preparada durante um longo período. Com a ajuda activa dos budistas patriotas e do povo de nacionalidade tibetana, o Exército Popular de Libertação esmagou rapidamente a insurreição. Em seguida, nas vastas regiões do Tibete, foram postas em prática as reformas democráticas, tendo-se libertado o povo tibetano do mais tenebroso e mais bárbaro dos regimes de escravidão.

[6] Copérnico (1473-1543) — astrónomo polaco. Na sua obra *Sobre o Movimento dos Corpos Celestes*, Copérnico mostrou que a Terra gira à volta do seu eixo e, juntamente com os outros planetas, à volta do Sol, rejeitando assim a teoria da imobilidade da Terra.

[7] Darwin (1809-1882) — notável biólogo inglês. Na sua obra *Da Origem das Espécies por Via de Selecção Natural* e outras, Darwin avançou a teoria evolucionista, desvendando dessa maneira as leis do aparecimento, transformação e desenvolvimento das plantas e dos seres.

[8] Ver o capítulo 58 de *Lao Tse*.

ÍNDICE

I. DOIS TIPOS DE CONTRADIÇÕES DISTINTOS PELO SEU CARÁCTER 5

II. A ELIMINAÇÃO DOS CONTRA-REVOLUCIONÁRIOS 31

III. COOPERAÇÃO AGRÍCOLA 38

IV. O PROBLEMA DOS INDUSTRIAIS E DOS COMERCIANTES 46

V. A QUESTÃO DOS INTELECTUAIS 50

VI. A QUESTÃO DAS MINORIAS NACIONAIS 54

VII. PLANIFICAÇÃO GERAL, CONSIDERAÇÃO DO CONJUNTO E DISPOSIÇÕES APROPRIADAS 56

VIII. «QUE CEM FLORES SE ABRAM», «QUE CEM ESCOLAS RIVALIZEM» E «COEXISTÊNCIA DURADOURA E MÚTUO CONTROLE» 59

IX. A QUESTÃO DAS DESORDENS CRIADAS POR UM PEQUENO NÚMERO DE PESSOAS 72

X. PODE UMA COISA MÁ TRANSFORFORMAR-SE NUMA COISA BOA? 76

XI. A PRÁTICA DE ECONOMIAS 80

XII. A VIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DA CHINA 84

NOTAS 89

COMPOSTO E IMPRESSO

NA INOVA / ARTES GRÁFICAS □ RUA GONÇALO CRISTÓVÃO, 305 □ PORTO

SETEMBRO 1974

EDIÇÕES DO POVO